
 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 1 de 53


SUMÁRIO

1.	HISTÓRICO DE MUDANÇAS	2
2.	OBJETIVO	3
3.	MANUTENÇÃO	3
4.	REFERÊNCIAS.....	3
5.	SIGLAS	3
6.	DEFINIÇÕES	3
7.	QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORES	3
8.	CONDIÇÕES GERAIS.....	3
9.	MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	4
10.	ETAPAS DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
11.	TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES.....	22
12.	OBRIGAÇÕES.....	23
13.	PENALIDADES.....	27
14.	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	27
	ANEXO A - CAPACETE DE SEGURANÇA	28
	ANEXO B - COMPONENTES DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA PROTEÇÃO CONTRA QUEDAS COM DIFERENÇA DE NÍVEL	36
	ANEXO C - PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTÍCULAS - PFF.....	48

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 2 de 53

1. HISTÓRICO DE MUDANÇAS

ITEM	SUMÁRIO DE MUDANÇA	DATA	ELABORADO	APROVADO
Geral	Primeira Emissão	13/10/2023	Vinicius Rosato dos Santos (VRS) / Diego Miranda (DBM)	Bruno Bomtorim Moreira (BBM)

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 3 de 53

2. OBJETIVO

Esta instrução estabelece os requisitos necessários para avaliação da conformidade, na modalidade de certificação, de Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

3. MANUTENÇÃO

Esta instrução técnica deve ser usada para a certificação do objeto, em associação com o procedimento GP01P-BR e as normas técnicas correspondentes.

A responsabilidade pela manutenção e atualização deste Procedimento é do Coordenador Técnico da área e a aprovação é do Gerente de Operações de Produto.

4. REFERÊNCIAS

GP 01P – BR	Procedimento para Certificação de Produtos
PORTARIA MTP N.º 672, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2021	Disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho e dá outras providências
ABNT NBR ISO/IEC 17000	Avaliação da conformidade - vocabulário e princípios gerais
Norma Regulamentadora nº 06	Equipamento de Proteção Individual - EPI
ABNT NBR ISO 9001	Sistemas de gestão da qualidade – requisitos

5. SIGLAS

Para fins desta instrução técnica, são adotadas as siglas contidas nos documentos citados no item 4 acrescidas das definições a seguir.

IT – Instrução técnica

6. DEFINIÇÕES


Para fins desta instrução técnica, são adotadas as definições contidas nos documentos citados no item 4.

7. QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORES

A equipe de auditores para avaliação da conformidade para Equipamentos de Proteção Individual – EPI deve atender aos requisitos de qualificação de auditores e especialistas do Bureau Veritas Certification conforme IA 31 BR (Qualificação e Classificação de Competência de Auditores – Produto).

8. CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. O Bureau Veritas Certification tem responsabilidade pela implementação do programa de avaliação da conformidade definido nesta Instrução. Todos os serviços avaliados atenderão ao requerido neste procedimento, mostrando sua conformidade à portaria MTP n.º 672, de 08 de novembro de 2021.
- 8.2. A identificação da certificação no âmbito do Bureau Veritas Certification ou do SBAC no produto tem por objetivo indicar a existência de um nível adequado de confiança de que os produtos estão em conformidade com os documentos de referência.

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 4 de 53

- 8.3. O uso da identificação da certificação no âmbito do Bureau Veritas Certification ou do SBAC no produto está vinculado à concessão do Certificado de Conformidade emitida pelo Bureau Veritas Certification, conforme previsto nesta instrução técnica, e aos compromissos assumidos pela empresa através do contrato de Certificado de Conformidade firmado com ele.
- 8.4. Caso haja revisão dos documentos que serviram de base para a elaboração desta instrução, apresentando mudanças significativas quanto à metodologia requerida, o Bureau Veritas Certification estabelecerá, quando aplicável, após considerações das opiniões das partes interessadas um prazo para a adequação às novas exigências. Caso haja modificações no produto certificado, o Solicitante deve comunicá-las ao Bureau Veritas Certification que, por deliberação do Gerente Técnico, poderá exigir nova auditoria e novo ensaio para verificação da conformidade das alterações.

9. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE


- 9.1. A sistemática completa do processo de certificação previsto nesta instrução está definida no procedimento GP 01P – BR.
- 9.2. O mecanismo de avaliação da conformidade utilizado nesta instrução é o de Certificação.
- 9.3. Esta instrução estabelece a possibilidade de adoção entre os seguintes modelos de certificação, que serão estabelecidos nos anexos desta IT, cabendo ao fornecedor optar por um deles:
- Modelo de certificação 1b – ensaio de lote. Esse modelo envolve a certificação de um lote de equipamento. O número de unidades a serem ensaiadas pode ser uma parcela do lote, coletada de forma aleatória ou, até mesmo, o número total de unidades do lote (ensaio 100%). O certificado de conformidade é restrito ao lote certificado.
 - Modelo de certificação 5 – avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas na fábrica, incluindo auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ, seguida de avaliação de manutenção periódica, por meio de coleta de amostra do equipamento na fábrica e/ou no comércio, para realização das atividades de avaliação da conformidade. As avaliações de manutenção têm por objetivo verificar se os itens produzidos após a atestação da conformidade inicial (emissão do certificado de conformidade) permanecem conformes. A manutenção inclui a avaliação periódica do processo produtivo, ou a auditoria do SGQ, ou ambos.

10. REGULAMENTO GERAL DE CERTIFICAÇÃO DE EPI (RGCEPI)


10.1. Avaliação inicial

10.1.1. Solicitação da certificação

- 10.1.1.1. Para solicitar a certificação de EPI, o fabricante ou importador deve apresentar ao Bureau Veritas Certification requerimento formal instruído com os seguintes documentos:
- informações da razão social, endereço e CNPJ do solicitante da certificação, bem como apresentação do contrato social, ou outro instrumento de constituição, que comprove sua condição de fabricante ou importador de EPI nos termos da NR 06;
 - indicação de pessoa de contato, telefone e endereço eletrônico;
 - identificação do local de fabricação com endereço completo, incluindo a(s) unidade(s) fabril(is) a ser(em) certificada(s), sediado em outro país, quando aplicável;

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 5 de 53

- d) informação de atividades/processos terceirizados que possam afetar a conformidade do EPI objeto da certificação;
 - e) identificação do modelo de EPI objeto da certificação, quando a certificação for por modelo, referenciando sua descrição técnica e incluindo a relação de todas as marcas comercializadas;
 - f) relação de modelo(s) que compõem a família de EPI objeto da certificação, obedecendo às regras de formação de família estabelecidas nos anexos desta IT, quando a certificação for por família, referenciando sua(s) descrição(ões) técnica(s) e incluindo a relação de todas as marcas comercializadas;
 - g) documentação que comprove titularidade de marcas apostas no EPI ou autorizações de uso;
 - h) documentação fotográfica do EPI, com resolução mínima de (800 x 600) dpi – fotos do equipamento completo e fotos externas e internas de todas as faces, detalhando as etiquetas, logos, avisos, entradas, saídas, botões de acionamento, quando aplicável;
 - i) memorial descritivo, conforme subitem 10.1.1.2 desta IT;
 - j) manual de instruções do EPI;
 - k) desenho ou arte final das embalagens (primária, secundária ou terciária), quando aplicável;
 - l) opção pelo modelo de certificação, dentre os mencionados nos anexos desta IT;
 - m) descrição do Sistema de Atendimento e Tratamento de Reclamações, que contemple o disposto nesta IT, para todas as marcas comercializadas, em todos os locais, próprio(s) do solicitante da certificação ou por ele diretamente terceirizado(s), onde a atividade do Tratamento de Reclamações for exercida;
 - n) documentos referentes ao SGQ da unidade fabril, aplicáveis ao processo produtivo do EPI a ser certificado, conforme previsto no subitem 10.1.3, ainda que venha necessariamente a ser auditado pelo Bureau Veritas Certification, como previsto neste documento;
 - o) certificado válido emitido com base na edição vigente da ISO 9001 ou ABNT NBR ISO 9001, que abranja o processo produtivo do EPI objeto da certificação, se existente;
 - p) identificação do lote de certificação, no caso do modelo 1b, incluindo quantidades e lote(s) de fabricação do(s) modelo(s) a ser(em) certificado(s);
 - q) licença de importação ou, na ausência desta, declaração de importação, quando de equipamento importado, que identifique expressamente o importador do EPI solicitante da certificação;
 - r) demais documentos necessários ao processo de solicitação descritos nos anexos a esta IT;
 - s) documentação que comprove a classificação como MPE, do solicitante da certificação, quando aplicável;
 - t) em caso de EPI conjugado cujos dispositivos são fabricados por empresas distintas, declaração, emitida há menos de dois anos, pelo detentor do Certificado de Aprovação do equipamento que será conjugado com o equipamento do solicitante da certificação, autorizando a utilização do seu dispositivo para a fabricação do equipamento conjugado.
- 10.1.1.1.1. O manual de instruções deve acompanhar a menor embalagem comercial do EPI, ressalvada a hipótese de disponibilização em meio eletrônico nas condições previstas na Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva.
- 10.1.1.1.2. As informações e referências, constantes do manual de instruções do EPI ou de informações ao usuário, sobre características não incluídas nas normas referenciadas não podem ser associadas ao certificado de conformidade do equipamento, nem induzir o usuário a crer que tais características estejam cobertas pelo processo de certificação.

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 6 de 53

10.1.1.2. O memorial descritivo do EPI deve conter, no mínimo:


- a) razão social e CNPJ do fabricante ou importador do EPI (solicitante da certificação);
- b) razão social e CNPJ do fornecedor, em caso de fabricação por terceiro;
- c) razão social e endereço do fabricante estrangeiro, em caso de EPI importado;
- d) modelo e a referência do EPI;
- e) tamanhos e cores disponíveis;
- f) versões, se houver;
- g) descrição da matérias-primas e seus fornecedores;
- h) descrição dos componentes e acessórios, quando houver;
- i) enquadramento do EPI na NR 06 e categoria de risco conforme item 1.1.4 e Tabela 1 do Anexo I da Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva;
- j) indicação do local de marcação das informações obrigatórias da NR 06 no equipamento;
- k) norma de fabricação (incluindo o ano da edição);
- l) processo de fabricação simplificado;
- m) desenhos técnicos contendo todas as informações e detalhes essenciais à identificação inequívoca do equipamento;
- n) relação de componentes críticos, incluindo seus fornecedores e possíveis certificações existentes, traduzidos para o português, quando em idioma distinto do inglês ou espanhol.

10.1.2. Análise da solicitação e da conformidade da documentação

10.1.2.1. Cabe ao Bureau Veritas Certification avaliar a pertinência da solicitação de certificação e analisar a documentação apresentada pelo requisitante em face das exigências contidas na Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva, e nesta IT e seus anexos, observando-se ainda que:

- a) os documentos apresentados na solicitação inicial devem ter sua autenticidade comprovada pelo Bureau Veritas Certification com relação aos documentos originais, quando aplicável;
- b) na categoria de risco informada para o EPI no memorial descritivo deve ser revisada pelo Bureau Veritas Certification em comum acordo com o fabricante ou importador;
- c) no modelo de certificação 1b, cabe ao Bureau Veritas Certification identificar, na solicitação, o lote (marca/modelo/quantidade) a ser certificado. Em caso de EPI importado, a identificação também deve ser realizada na documentação de importação;
- d) caso seja identificada não conformidade na documentação recebida, esta deve ser formalmente encaminhada ao solicitante da certificação para correção e devida formalização junto ao Bureau Veritas Certification, num prazo de sessenta dias corridos, visando evidenciar a implementação da(s) mesma(s) para nova análise;
- e) a conclusão da certificação só se dará quando todos os documentos estiverem em sua forma final e devidamente aprovados pelo Bureau Veritas Certification.

10.1.2.1.1. No caso de modelo de certificação 1b, a coleta da amostragem e a realização dos ensaios requeridos só poderão ocorrer após análise e aprovação pelo Bureau Veritas Certification quanto à documentação enviada. Caso contrário, a solicitação deve ser cancelada.

 BUREAU VERITAS BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 7 de 53

10.1.3. Auditoria inicial do SGQ e avaliação do processo produtivo

- 10.1.3.1. A auditoria do SGQ deve buscar a demonstração objetiva de que o processo produtivo se encontra sistematizado e monitorado de forma eficaz, fornecendo evidências do atendimento aos requisitos do EPI estabelecidos nesta IT e em seus anexos.
- 10.1.3.1.1. A auditoria do SGQ deve ser realizada sempre que o modelo de certificação escolhido assim o definir.
- 10.1.3.2. Para fins desta IT, o fabricante ou importador do EPI deve comprovar, no mínimo, o atendimento aos requisitos elencados na Tabela 1, em caso de SGQ do processo produtivo certificado com base na ISO 9001 ou ABNT NBR ISO 9001, ou na

Tabela 2, caso não exista certificação do SGQ do processo produtivo.

Tabela 1 - Requisitos mínimos de verificação do SGQ para fabricantes ou importadores com certificação válida na ISO 9001:2015 ou ABNT NBR ISO 9001:2015

Recursos	7.1.5.1 / 7.1.5.2
Informação documentada	7.5.2 / 7.5.3
Planejamento e controle operacionais	8.1
Requisitos para produtos e serviços	8.2.1
Controle de processos, produtos e serviços providos externamente	8.4.1 / 8.4.2 / 8.4.3
Produção e provisão de serviço	8.5.1 / 8.5.2 / 8.5.3 / 8.5.4/ 8.5.5
Liberação de produtos e serviços	8.6
Controle de saídas não conformes	8.7
Monitoramento, medição, análise e avaliação	9.1.1
Não conformidade e ação corretiva	10.2.1 / 10.2.2


 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 8 de 53

Tabela 2 - Requisitos mínimos de verificação do SGQ para fabricantes ou importadores sem certificação na ISO 9001:2015 ou ABNT NBR ISO 9001:2015


Recursos	7.1.5.1 / 7.1.5.2
Competência	7.2
Conscientização	7.3
Informação documentada	7.5.2 / 7.5.3
Planejamento e controle operacionais	8.1
Requisitos para produtos e serviços	8.2.1
Controle de processos, produtos e serviços providos externamente	8.4.1 / 8.4.2 / 8.4.3
Produção e provisão de serviço	8.5.1 / 8.5.2 / 8.5.3 / 8.5.4 / 8.5.5
Liberação de produtos e serviços	8.6
Controle de saídas não conformes	8.7
Monitoramento, medição, análise e avaliação	9.1.1 / 9.1.2 / 9.1.3 (a), (f)
Auditoria interna	9.2.1 / 9.2.2
Análise crítica pela direção	9.3.1 / 9.3.2 / 9.3.3
Não conformidade e ação corretiva	10.2.1 / 10.2.2

10.1.3.3. Cabe ao Bureau Veritas Certification:

- avaliar os documentos e registros apresentados quanto ao SGQ e realizar auditoria nas dependências da unidade fabril, com o objetivo de verificar a conformidade do processo produtivo, incluindo instalações e capacitação do pessoal;
- agendar a data da visita para a auditoria em comum acordo com o solicitante da certificação;
- realizar a avaliação do SGQ com base na abrangência do processo de certificação e conforme a ISO 9001 ou ABNT NBR ISO 9001, tendo como requisitos mínimos os definidos nas Tabela 1 e

Tabela 2 desta IT, conforme o caso.

- 10.1.3.3.1. O Bureau Veritas Certification pode requisitar do fabricante ou importador do EPI outras informações sobre o sistema de gestão que julgar relevantes para o processo de certificação, incluindo relatórios que contemplem indicadores e itens de controle do processo fabril.
- 10.1.3.3.2. A apresentação de um certificado do SGQ do fabricante, dentro de sua validade, sendo este emitido por um OCS acreditado pelo Inmetro ou reconhecido pelo IAF, segundo a ISO 9001 ou ABNT NBR ISO 9001 e sendo esta certificação válida para a linha de produção do EPI objeto da certificação, pode eximir o solicitante, sob análise e responsabilidade do Bureau Veritas Certification, da avaliação do SGQ prevista nesta IT, durante a auditoria inicial. Neste caso, o solicitante deve colocar à disposição do Bureau Veritas Certification todos os regis-

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 9 de 53


tros correspondentes a esta certificação. O Bureau Veritas Certification deve analisar a documentação pertinente, para assegurar que os requisitos descritos na Tabela 1 desta IT foram atendidos.

- 10.1.3.3.2.1. Os certificados emitidos por OCS estrangeiro e os demais documentos referentes ao sistema de gestão devem estar acompanhados de tradução no idioma português, quando emitidos em idioma distinto do inglês ou espanhol.
- 10.1.3.4. Durante a auditoria ou quando solicitado pelo Bureau Veritas Certification, o fabricante ou importador do EPI deve colocar à disposição do Bureau Veritas Certification todos os documentos correspondentes à certificação do SGQ com base na edição vigente da ISO 9001 ou ABNT NBR ISO 9001, e apresentar os registros do processo produtivo em que conste claramente a identificação do EPI objeto da certificação.
 - 10.1.3.4.1. Cabe ao Bureau Veritas Certification analisar a documentação do SGQ para assegurar que os requisitos descritos na Tabela 1 desta IT foram atendidos.
- 10.1.3.5. Em caso de não conformidade(s) detectada(s) por ocasião da avaliação inicial do SGQ, deve ser adotado o procedimento previsto no subitem 10.1.5 para o tratamento de não conformidades na avaliação inicial.
- 10.1.3.6. Os resultados da auditoria e da avaliação documental devem ser consignados em relatório a ser assinado pela equipe auditora.
 - 10.1.3.6.1. A conclusão da certificação só se dará quando todos os documentos do SGQ estiverem em sua forma final e devidamente aprovados pelo Bureau Veritas Certification.
- 10.1.3.7. Qualquer alteração no processo produtivo deve ser informada ao Bureau Veritas Certification e pode implicar, caso impacte na conformidade do EPI, em uma nova auditoria.

10.1.4. Ensaios iniciais

10.1.4.1. Plano de ensaios iniciais

- 10.1.4.1.1. Cabe ao Bureau Veritas Certification elaborar o plano de ensaios que contemple a base normativa estabelecida na Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva, devendo conter, no mínimo:
 - a) os ensaios iniciais a serem realizados, a definição clara dos métodos de ensaio, o número de amostras e os critérios de aceitação ou rejeição para estes ensaios, em conformidade com esta IT e seus anexos;
 - b) a verificação das marcações de informações obrigatórias da NR 06, consideradas as disposições estabelecidas na Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva;
 - c) na avaliação do manual de instruções do EPI de acordo com os parâmetros estabelecidos na base normativa, ou na ausência de definição desses parâmetros pelas normas técnicas aplicáveis, de acordo com as disposições estabelecidas na Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva.
- 10.1.4.1.2. O Bureau Veritas Certification deve realizar a análise crítica dos relatórios de ensaio do laboratório, confrontando-os com o plano de ensaios previamente estabelecido, cabendo-lhe:
 - a) verificar a identificação completa do modelo do equipamento a ser certificado no corpo do relatório de ensaio, certificando-se de que o relatório de ensaio esteja claramente rastreado à amostra coletada;
 - b) avaliar se os dados constantes no memorial descritivo e no projeto ou especificação do EPI estão em conformidade com a identificação técnica do modelo no relatório de ensaio apresentado, do qual

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 10 de 53

não devem constar características ou adjetivos subjetivos que não possam ser comprovados por meio de requisitos normativos;

- c) verificar avaliação no relatório de ensaio do manual de instruções e das marcações obrigatórias da NR 06;
- d) recusar relatórios de ensaios emitidos antes do início do processo de certificação, ressalvados os casos previstos nos anexos a esta IT;
- e) avaliar a embalagem dos equipamentos em conformidade com os requisitos estabelecidos nos anexos desta IT.

10.1.4.2. Amostragem

10.1.4.2.1. É responsabilidade do Bureau Veritas Certification definir a amostragem a ser coletada, salvo disposição específica nos anexos desta IT.

10.1.4.2.1.1. As amostras devem contemplar a quantidade mínima prevista na(s) norma(s) técnica(s) aplicável(eis) definida(s) nos anexos desta IT. Caso não haja previsão na norma técnica, cabe ao Bureau Veritas Certification avaliar a quantidade necessária para realização dos ensaios aplicáveis.


10.1.4.2.1.2. As amostras devem ser retiradas de um mesmo lote de fabricação.

10.1.4.2.2. O Bureau Veritas Certification é responsável por selecionar e lacrar as amostras do EPI a ser certificado, devendo para tanto observar o seguinte:

- a) a coleta de amostras para envio ao laboratório deve ser acordada entre o solicitante da certificação e o Bureau Veritas Certification;
- b) a coleta de amostras deve ser realizada de forma aleatória no processo produtivo do EPI objeto da solicitação, desde que o equipamento já tenha sido inspecionado e liberado pelo controle de qualidade da fábrica (inspeção final do produto pronto), ou na área de expedição, em embalagens prontas para comercialização;
- c) quando se tratar de modelo 1b de certificação, a coleta e o lacre das amostras devem ocorrer em território nacional, no local indicado pelo fabricante ou importador, sendo que, em caso de importação fracionada, a coleta de amostras e a certificação somente devem ser realizadas após o recebimento de todas as frações subsequentes do lote;
- d) a quantidade de amostras, critérios de aceitação ou rejeição e casos excepcionais devem observar as disposições contidas nos anexos específicos desta IT;
- e) quando aplicável, peças adicionais, componentes ou partes do equipamento complementares à(s) amostra(s) devem ser lacradas, identificadas e enviadas ao laboratório juntamente com o EPI;
- f) na seleção e lacre das amostras, deve ser elaborado um relatório da amostragem, detalhando a data, o local, as condições de armazenagem, a identificação da amostra (modelo ou marca, lote de fabricação e data de fabricação, quantidades amostradas, entre outros).

10.1.4.2.3. A coleta de amostra deve ser realizada, em triplicata, constituída de prova, contraprova e testemunha, observando-se que:

- a) caso haja aprovação nos ensaios de prova, a amostra é considerada aprovada;
- b) caso seja constatada não conformidade na amostra prova, devem ser repetidos os ensaios aplicáveis, nos termos definidos nos anexos a esta IT, nas amostras contraprova e testemunha;
- c) a não conformidade se caracteriza quando ao menos um dos ensaios previstos apresentar resultado não conforme.

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 11 de 53

10.1.4.2.3.1. Em caso de modelo de certificação 1b, não se aplicam as amostragens de contraprova e testemunha.

10.1.4.2.3.2. Caso haja reprovação do lote nas certificações conduzidas no modelo 1b, o lote reprovado não poderá ser liberado para comercialização e o fabricante ou importador do EPI deve providenciar a sua destruição ou devolução ao país de origem (quando tratar-se de importação), com documentação comprobatória da providência que foi adotada.

10.1.4.2.4. Nos ensaios de contraprova e testemunha, deve-se observar que:

- a) se constatada não conformidade na contraprova, a amostra é considerada reprovada;
- b) se a contraprova não apresentar não conformidade, a amostra testemunha deve ser ensaiada;
- c) se a testemunha apresentar não conformidade, a amostra é considerada reprovada;
- d) se a testemunha não apresentar não conformidade, a amostra é considerada aprovada;
- e) os ensaios das amostras de contraprova e testemunha devem, necessariamente, ser realizados no mesmo laboratório onde foi realizado o ensaio da amostra prova;
- f) a critério do solicitante da certificação, mediante formalização ao Bureau Veritas Certification, as amostras de contraprova e testemunha não necessariamente precisam ser ensaiadas, ocasião em que não pode haver contestação dos resultados obtidos na amostra prova.


10.1.4.3. Definição do laboratório

10.1.4.3.1. A seleção de laboratórios de ensaio, a ser realizada pelo Bureau Veritas Certification em comum acordo com o fabricante ou importador do EPI, deve considerar a seguinte ordem de prioridade:

- a) laboratório de 3ª parte, nacional ou estrangeiro, acreditado pelo Inmetro ou signatário dos acordos de reconhecimento mútuo ILAC ou IAAC, na totalidade dos ensaios previstos nesta IT para avaliação do equipamento;
- b) laboratório de 3ª parte, nacional ou estrangeiro, acreditado pelo Inmetro ou signatário dos acordos de reconhecimento mútuo ILAC ou IAAC, em parte (acima de 70% do total) dos ensaios previstos nesta IT para avaliação do equipamento;
- c) laboratório de 3ª parte, nacional ou estrangeiro, acreditado pelo Inmetro ou signatário dos acordos de reconhecimento mútuo ILAC ou IAAC, em parte (abaixo de 70% do total) dos ensaios previstos nesta IT para avaliação do equipamento ou acreditado na mesma classe de ensaio e mesma área de atividade do(s) ensaio(s) previsto(s) nesta IT, porém para outro equipamento;
- d) laboratório de 3ª parte, nacional ou estrangeiro, acreditado pelo Inmetro ou signatário dos acordos de reconhecimento mútuo ILAC ou IAAC, em outro escopo;
- e) laboratório de 3ª parte, nacional ou estrangeiro, não acreditado.

10.1.4.3.2. Para efeito de uso da ordem de prioridade referida no subitem 10.1.4.3.1, deve ser considerada qualquer uma das hipóteses a seguir:

- a) inexistência do laboratório definido na prioridade anterior;
- b) quando o laboratório definido na prioridade anterior não disponibilizar o orçamento dos ensaios em, no máximo, dez dias úteis da solicitação realizada pelo Bureau Veritas Certification ou não puder atender em, no máximo, trinta dias corridos, contados a partir da data do aceite pelo Bureau Veritas Certification, ao prazo para o início dos ensaios previstos nos anexos desta IT ou não puder executá-los, em, no máximo, uma vez e meia o tempo regular dos ensaios previstos na base normativa;

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 12 de 53

c) quando o Bureau Veritas Certification evidenciar que o preço dos ensaios realizados, acrescido dos custos decorrentes da avaliação ou acompanhamento pelo Bureau Veritas Certification, em comparação com o definido na prioridade anterior é, no mínimo, inferior a 50%.

10.1.4.3.2.1. O Bureau Veritas Certification deve registrar, por meio de documentos comprobatórios, atualizados a cada etapa de manutenção ou recertificação, os motivos que o levaram a selecionar o laboratório adotado, por modelo ou por família certificada.

10.1.4.3.3. Em caso de uso de laboratório acreditado por signatário dos acordos de reconhecimento mútuo ILAC ou IAAC, cabe ao Bureau Veritas Certification observar e documentar a equivalência do método e parâmetros de ensaio.

10.1.4.3.4. Em caso de uso de laboratório de 3ª parte acreditado, para outro escopo de ensaio, após reconhecer e registrar a capacitação e infraestrutura (incluídos equipamentos) do laboratório, o Bureau Veritas Certification deve monitorar e registrar a execução de todos os ensaios.

10.1.4.3.4.1. O monitoramento referido no subitem 10.1.4.3.5 consiste em, pelo menos, acompanhar as etapas de seleção e preparação das amostras, início dos ensaios e posterior tomada de resultados.

10.1.4.3.5. Em caso de uso de laboratório de 3ª parte não acreditado, após avaliar e registrar a política de confidencialidade, a capacitação de pessoal e a infraestrutura (incluídos equipamentos) do laboratório, o Bureau Veritas Certification deve monitorar e registrar a execução de todas as etapas de todos os ensaios.

10.1.4.3.5.1. A avaliação do laboratório não acreditado deve ser realizada por profissional do Bureau Veritas Certification que possua registro de treinamento de, no mínimo, 16 horas/aula, com base na ABNT NBR ISO/IEC17025 vigente, além de comprovação formal de experiência e conhecimento técnico específico quanto aos ensaios a serem avaliados.

10.1.5. Tratamento de não conformidades na avaliação inicial

10.1.5.1. Caso seja identificada alguma não conformidade na etapa de avaliação inicial, o fabricante ou importador do EPI deve enviar ao Bureau Veritas Certification, num prazo de sessenta dias corridos, a evidência da implementação das ações corretivas para a(s) não conformidade(s) constatada(s).

10.1.5.1.1. A análise crítica das causas das não conformidades, bem como a proposição de ações corretivas, são de responsabilidade do fabricante ou importador do EPI.


10.1.5.1.2. Novos prazos podem ser acordados, desde que formalmente requeridos pelo fabricante ou importador do EPI, justificados e considerada a pertinência pelo Bureau Veritas Certification.

10.1.5.2. Caso o fabricante ou importador do EPI não cumpra o prazo estabelecido, o processo de certificação deve ser cancelado ou interrompido, podendo ser reiniciado se houver interesse do fabricante ou importador do EPI e do Bureau Veritas Certification.

10.1.5.3. O Bureau Veritas Certification deve avaliar a eficácia das ações corretivas implementadas, aceitando-as ou não, ficando a critério do Bureau Veritas Certification avaliar a necessidade de realizar novos ensaios para verificar a implementação das ações corretivas.

10.1.5.4. O fabricante ou importador do EPI deve identificar e segregar o(s) equipamentos(s) não conforme(s) em áreas separadas, para que não haja possibilidade de mistura com o equipamento conforme e envio para o mercado, devendo manter registro dessa ação.

10.1.5.5. A evidência objetiva do tratamento das não conformidades é requisito para a emissão do certificado de conformidade.

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 13 de 53

10.1.6. Emissão do certificado de conformidade

10.1.6.1. Cumpridas as etapas anteriores e após realizar análise crítica do processo de certificação do EPI devidamente instruído com informações sobre a documentação apresentada e respectivas análises, auditorias realizadas, resultados de ensaios obtidos e tratamento de não conformidades, cabe ao Bureau Veritas Certification:

- a) se demonstrada a conformidade e a correta instrução documental que compõe o processo, expedir o certificado de conformidade; ou
- b) se detectadas incorreções, apresentar ao fabricante ou importador do EPI a relação das não conformidades frente à presente IT.

10.1.6.2. A decisão pela certificação do EPI é de competência exclusiva do Bureau Veritas Certification, a ser adotada por pessoa(s) não envolvida(s) no processo de avaliação.

10.1.6.3. O certificado de conformidade deve ser emitido com numeração distinta, para cada modelo ou família de EPI, objeto da solicitação.

10.1.6.3.1. Caso a certificação seja por família, o certificado deve relacionar todos os modelos abrangidos pela família.


10.1.6.3.2. Se for necessária mais de uma página para o certificado, todas as páginas devem ser numeradas fazendo referência ao seu próprio número e ao número total de páginas, devendo constar em cada uma das páginas o número do certificado e data de emissão.

10.1.6.4. O certificado de conformidade é pré-requisito obrigatório para fins de obtenção do Certificado de Aprovação, nos termos previstos na Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva.

10.1.6.4.1. Somente após a obtenção do Certificado de Aprovação, o EPI poderá ser comercializado.

10.1.6.5. O certificado de conformidade, como um instrumento formal emitido pelo Bureau Veritas Certification a partir da avaliação do EPI, deve conter no mínimo:

- a) numeração do certificado de conformidade;
- b) razão social, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, endereço completo e nome fantasia do fabricante ou importador do EPI (solicitante da certificação) e, quando aplicável, indicação da localização da(s) unidade(s) fabril(s);
- c) razão social, endereço completo e nome fantasia do fornecedor, em caso de fabricação por terceiro;
- d) razão social e endereço completo do fabricante estrangeiro, em caso de EPI importado;
- e) nome, endereço, CNPJ, número de registro de acreditação e assinatura do responsável pelo Bureau Veritas Certification;
- f) data de emissão e data de validade (exceto modelos 1ª e 1b) do certificado de conformidade;
- g) modelo de certificação adotado;
- h) data para avaliação de manutenção, quando obrigatória para o modelo de certificação adotado;
- i) identificação do modelo do EPI certificado, no caso de certificação por modelo, incluindo a relação de todas as marcas comercializadas, contendo descrição do equipamento ensaiado, elaborada pelo próprio laboratório, com informação de variações de tamanhos e cores, conforme a necessidade de cada EPI;
- j) identificação da família do EPI certificada e de todos os modelos abrangidos, no caso de certificação por família, incluindo a relação de todas as marcas comercializadas;
- k) referência (nome ou código) inequívoca do equipamento informada pelo fabricante ou importador;

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 14 de 53

- l) numeração do código de barras dos modelos previstos em “i” ou “j”, e todas as versões, quando existente no padrão GTIN;
 - m) identificação do(s) lote(s) de fabricação (obrigatório no caso de certificação pelo modelo 1b);
 - n) identificação do nº da Licença de Importação (LI ou LPCO) no caso de certificação pelo modelo 1b;
 - o) escopos de serviço, quando tratar-se de certificação de serviço;
 - p) referência à Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva, com base na qual o certificado foi emitido (escopo de certificação);
 - q) classificação do equipamento ensaiado, conforme Anexo I da NR 06;
 - r) categoria de risco, conforme item 1.1.4 e Tabela 1 do Anexo I da Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva;
 - s) indicação do local de marcação das informações obrigatórias da NR 06;
 - t) número e data de emissão do(s) relatório(s) de ensaio, bem como identificação do laboratório emissor;
 - u) norma técnica de ensaio aplicável, nos termos da Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva;
 - v) indicação, quando existentes, dos níveis de desempenho obtidos pelo EPI, de acordo com o previsto na(s) norma(s) técnica(s) aplicável(eis);
 - w) eventuais restrições do equipamento;
 - x) data da realização da auditoria, aplicável para os modelos 5 e 6; e
 - y) assinatura do responsável técnico ou do respectivo signatário autorizado.
- 10.1.6.5.1. Um certificado deve ser emitido para cada família, no caso de certificação por família, ou para cada modelo, no caso de certificação por modelo, conforme modelo de notação constante da Tabela 3.

Tabela 3 - Notação do(s) modelo(s) no certificado de conformidade


Marca	Modelo/designação comercial	Descrição	Código de barras quando existente

10.1.6.6. O certificado de conformidade de EPI terá prazo de validade estipulado nos anexos desta IT.

10.2. Avaliação de manutenção

10.2.1. Etapas

- 10.2.1.1. A avaliação de manutenção prevista nesta IT se aplica ao modelo de certificação 5.
- 10.2.1.2. Após a concessão da certificação, cabe ao Bureau Veritas Certification realizar avaliação de manutenção a fim de verificar a permanência das condições técnico-organizacionais que deram origem à concessão inicial da certificação para o EPI, nos termos desta IT.
- 10.2.1.3. A avaliação de manutenção deve ser realizada por meio de:
 - a) auditoria de manutenção do SGQ e avaliação do processo produtivo, aplicável para o modelo 5;

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 15 de 53

- b) verificação da qualidade do equipamento produzido por meio de coletas de amostras e realização de ensaios, aplicável para o modelo 5.

10.2.1.4. Todas as etapas da auditoria de manutenção devem estar concluídas até o alcance dos prazos definidos para a manutenção.

10.2.1.5. Cabe ao Bureau Veritas Certification solicitar formalmente ao detentor do certificado que informe qualquer alteração no projeto, memorial descritivo ou processo produtivo do EPI, observando que:

- a) no caso de certificação por família, a inclusão de um novo modelo na família certificada pode ser feita, a qualquer tempo, no mesmo certificado, mantendo a validade original do certificado emitido, que deverá conter a informação da data de inclusão do(s) novo(s) modelo(s);
- b) para os casos em que um mesmo detentor do certificado desejar certificar uma nova família (no caso de certificação por família) ou um novo modelo (no caso de certificação de modelo), o Bureau Veritas Certification deve conduzir um novo processo de certificação iniciando de 10.1; e
- c) na situação prevista na alínea "b", a auditoria do SGQ pode ser dispensada, a critério do Bureau Veritas Certification, caso as novas famílias ou modelos a serem incluídos advenham de um mesmo processo produtivo já auditado anteriormente para certificar outras famílias ou modelos da mesma unidade fabril, ocasião em que o Bureau Veritas Certification deve registrar o motivo da dispensa da auditoria do SGQ, documentando a correspondência dos requisitos auditados anteriormente no mesmo processo produtivo.

10.2.1.5.1. Nas situações previstas nas alíneas "a" e "b" do subitem 10.2.1.5, o fabricante ou importador deve solicitar a emissão ou alteração do Certificado de Aprovação, conforme o caso, junto ao MTP previamente à comercialização dos novos equipamentos no território nacional.

10.2.2. Auditoria de manutenção SGQ e avaliação do processo produtivo

10.2.2.1. A periodicidade para as auditorias de manutenção do SGQ no processo produtivo da unidade fabril é estabelecida nos anexos desta IT e deve contemplar, pelo menos, as seguintes etapas:


- a) verificação dos originais da documentação prevista no subitem 10.1.1, em particular quanto a sua disponibilidade, organização e recuperação; e
- b) análise dos registros, em especial aqueles relacionados ao cumprimento dos requisitos constantes nas Tabela 1 e

Tabela 2 desta IT.


10.2.2.2. A data da visita para a auditoria de manutenção deve ser agendada em comum acordo com o fabricante ou importador do EPI.

10.2.2.2.1. Quando explicitamente definido pelo MTP, o Bureau Veritas Certification deve realizar a auditoria de manutenção sem aviso prévio.

10.2.2.3. Caso o detentor da certificação apresente um certificado do SGQ, dentro de seu prazo de validade, o Bureau Veritas Certification pode, sob sua análise e responsabilidade, optar por não auditar o SGQ durante a etapa de avaliação de manutenção.

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 16 de 53

- 10.2.2.3.1. O certificado deve ter sido emitido por um OCS acreditado pelo Inmetro ou reconhecido pelo IAF, para o escopo de acreditação e segundo a edição vigente da ISO 9001 ou ABNT NBR ISO 9001, respeitando o período de transição estabelecido pelo IAF.
- 10.2.2.3.2. A certificação deve ser válida para o processo produtivo na unidade fabril do EPI e o fabricante ou importador deve colocar à disposição do Bureau Veritas Certification todos os documentos correspondentes a esta certificação e apresentar os registros do processo produtivo onde conste claramente a identificação do EPI objeto da certificação.
- 10.2.2.3.3. O Bureau Veritas Certification deve analisar a documentação pertinente para assegurar que os requisitos descritos na Tabela 1 desta IT foram atendidos para o SGQ.
- 10.2.2.3.4. É responsabilidade do fabricante ou importador do EPI assegurar que o SGQ, certificado com base na edição vigente da ISO 9001 ou ABNT NBR ISO 9001, é executado e aplicado considerando a conformidade às disposições desta IT e respectivo anexo específico do EPI.
- 10.2.2.4. Em caso de não conformidade(s) detectada(s) por ocasião da manutenção do SGQ, deve ser adotado o procedimento previsto no subitem 10.2.4 para o tratamento de não conformidades na manutenção.
- 10.2.2.5. Os resultados da auditoria e da avaliação documental em sede de avaliação de manutenção devem ser consignados em relatório a ser assinado pela equipe auditora.
- 10.2.2.5.1. A conclusão pela manutenção da certificação só se dará quando todos os documentos do SGQ estiverem em sua forma final e devidamente aprovados pelo Bureau Veritas Certification.
- 10.2.3. Ensaios de manutenção
- 10.2.3.1. Periodicidade
- 10.2.3.1.1. A periodicidade para a realização dos ensaios de manutenção para o EPI é estabelecida nos anexos específicos desta IT.
- 10.2.3.2. Planos de ensaios na manutenção
- 10.2.3.2.1. Aplicam-se as disposições do subitem 10.1.4.1 desta IT.
- 10.2.3.3. Amostragem na manutenção
- 10.2.3.3.1. Aplicam-se as disposições do subitem 10.1.4.2 desta IT, ressalvadas as seguintes disposições:
- para o modelo de certificação 5 para a realização dos ensaios de manutenção, tanto para EPI nacionais, quanto para os importados, o Bureau Veritas Certification deve, obrigatoriamente, coletar/comprar as amostras no comércio;
 - a área de expedição da unidade fabril ou centros de distribuição podem ser considerados comércio, desde que o EPI já esteja na embalagem final de venda ao consumidor, em condições de ter a nota fiscal emitida;
 - a coleta na área de expedição da unidade fabril ou centros de distribuição somente pode ser realizada pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION sem aviso prévio, não podendo ser realizada durante a auditoria de SGQ; e
 - a coleta para realização dos ensaios de manutenção deve ser realizada pelo Bureau Veritas Certification em amostras que tenham sido fabricadas entre a data da emissão do certificado e a primeira avaliação de manutenção, sendo que as coletas subsequentes deverão ocorrer em amostras do EPI

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 17 de 53

fabricado no intervalo entre duas manutenções sequenciais ou entre a última manutenção e a recertificação.

10.2.3.4. Definição do laboratório

10.2.3.4.1. Aplicam-se as disposições do subitem 10.1.4.3 desta IT.

10.2.4. Tratamento de não conformidades na manutenção

10.2.4.1. Caso seja identificada alguma não conformidade relativa à avaliação de manutenção, cabe ao fabricante ou importador do EPI a análise crítica das suas causas, bem como a proposição de ações corretivas, observando que:

- a) o fabricante ou importador deve enviar ao Bureau Veritas Certification, num prazo máximo de quinze dias corridos, o plano de ações corretivas, que deve ter sessenta dias corridos como prazo máximo para evidenciar a implementação das ações corretivas;
- b) o fabricante ou importador deve adotar ações de controle imediatas, na fábrica, que impeçam que o modelo ou família reprovado(a) no ensaio de manutenção seja enviado(a) para o mercado.

10.2.4.2. Cabe ao Bureau Veritas Certification:


- a) avaliar a eficácia das ações corretivas propostas no plano de ações corretivas apresentado pelo fabricante ou importador do EPI, bem como se foram implementadas; e
- b) avaliar a necessidade de conduzir nova auditoria para verificar a implementação das ações corretivas e/ou a realização de novos ensaios.

10.2.4.3. A não apresentação do plano de ações corretivas dentro do prazo previsto em 10.2.4.1 ou a identificação de alguma não conformidade, sem evidências de tratamento, acarretará a suspensão imediata do certificado de conformidade, pelo Bureau Veritas Certification, para o modelo/família não conforme, observando que:

- a) o Bureau Veritas Certification deve notificar o fabricante ou importador do EPI por escrito, informando que só pode retomar o processo de certificação quando as não conformidades encontradas forem sanadas;
- b) em se tratando de certificação por modelo, caso a não conformidade evidenciada venha a comprometer outros modelos já certificados, a suspensão da certificação pode ser estendida a estes modelos, a critério do Bureau Veritas Certification;
- c) em se tratando de certificação por família, caso seja evidenciada não conformidade em um dos modelos da família, a suspensão da certificação se aplica a todos os modelos que compõem a família e pode ser estendida a outras famílias, a critério do Bureau Veritas Certification; e
- d) o Bureau Veritas Certification deve comunicar formalmente o MTP acerca da suspensão adotada.

10.2.4.4. Uma vez suspenso o certificado de conformidade nos termos do subitem 10.2.4.3, o fabricante ou importador do EPI deve apresentar o plano de ações corretivas em até quinze dias corridos a partir da suspensão da sua certificação, observando que:

- a) a efetividade das ações corretivas deve ser confirmada por meio de ensaios, auditoria e/ou análise documental, a critério do Bureau Veritas Certification;
- b) novos prazos podem ser acordados, desde que formalmente solicitados pelo detentor do certificado, justificados, e avaliada a pertinência pelo Bureau Veritas Certification;
- c) a certificação volta a vigorar quando as ações corretivas forem consideradas efetivas pelo Bureau Veritas Certification;

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 18 de 53

- d) caso o detentor do certificado não atenda aos prazos estabelecidos, e desde que não tenha sido acordado novo prazo, a certificação deve ser cancelada pelo Bureau Veritas Certification com a correspondente comunicação ao MTP; e
- e) em caso de recusa do detentor do certificado em implementar as ações corretivas, o Bureau Veritas Certification deve cancelar o certificado de conformidade para o(s) modelo(s) ou família(s) de EPI certificado(s) e comunicar formalmente ao MTP.

10.2.4.5. Na hipótese em que o equipamento não possa ser coletado conforme determinado no subitem 10.2.3.3.1, alínea "a", o certificado deve ser suspenso, até o limite do seu prazo de validade.

10.2.4.6. No caso de ocorrência de não conformidade(s) por reprovação em ensaios de manutenção, o Bureau Veritas Certification deve suspender o certificado de conformidade, independentemente da proposição de ações corretivas pelo fabricante ou importador do EPI, pelo prazo necessário para correção do processo produtivo, respeitado o limite da validade do certificado, comunicando o MTP dessa ação, observando ainda que:

- a) caso exista no mercado partes do(s) lote(s) de onde foram coletadas amostras para os ensaios reprovados, o Bureau Veritas Certification deve solicitar do fabricante ou importador do EPI ações de recolhimento e destruição dos equipamentos, registrando essa ocorrência no processo de certificação e comunicando o MTP dessa decisão;
- b) o Bureau Veritas Certification deve analisar se lotes que tenham precedido ou até sucedido ao(s) lote(s) de modelo(s) reprovado(s) também possam estar não conformes, devendo ser solicitados registros de ensaios, de ações corretivas e preventivas, de inspeções ou outros registros da qualidade para análise;
- c) caso o Bureau Veritas Certification evidencie que existiram problemas no processo produtivo, pode solicitar novos ensaios, conforme descrito em 10.1.4, também para os lotes referidos na alínea "b" e, em caso de reprovação, atuar de acordo com o descrito na alínea "a";
- d) a certificação volta a vigorar quando as ações corretivas forem consideradas efetivas pelo Bureau Veritas Certification; e
- e) em caso de recusa do detentor do certificado em implementar as ações corretivas, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve cancelar o certificado de conformidade para o(s) modelo(s) ou família(s) de EPI certificado(s) e comunicar formalmente ao MTP.


10.2.5. Confirmação da Manutenção

10.2.5.1. Cumpridas as etapas anteriores e após realizar análise crítica do processo de manutenção da certificação do EPI, de acordo com a documentação apresentada, auditorias realizadas, resultados de ensaios obtidos, tratamento de não conformidades e tratamento de reclamações, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION emite o documento denominado "Confirmação da Manutenção", formalizando que a certificação está mantida.

10.3. Avaliação de recertificação

10.3.1. A avaliação de recertificação deve ser realizada e concluída antes da expiração do prazo de validade do certificado de conformidade.

10.3.2. A avaliação de recertificação deve ser programada pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION, de acordo com os critérios estabelecidos no item 10.1 desta IT, referente à certificação inicial, exce-

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 19 de 53

to quanto à etapa de tratamento de não conformidades, que deve seguir o disposto no item 10.2, referente à manutenção da certificação.

10.3.3. No caso de haver avaliação de manutenção com frequência variável, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve, na recertificação, dar continuidade ao espaçamento praticado a partir da última avaliação realizada, a depender da existência, ou não, de não conformidades.

10.3.4. A coleta para realização dos ensaios deve ser realizada pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION em amostras que tenham sido fabricadas entre a data da última manutenção e a data da recertificação.

10.3.5. Após a análise crítica, abrangendo as informações sobre a documentação, auditorias, ensaios, tratamento de não conformidades e tratamento de reclamações, cabe ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION decidir pela recertificação.

10.3.6. Cumpridos os requisitos exigidos nesta IT para o EPI, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION emite um novo certificado da conformidade.

10.3.6.1. Um certificado, com numeração distinta, deve ser emitido pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION para cada modelo ou para cada família, a cada recertificação.

10.3.6.2. A data de validade do novo certificado de conformidade deve ser contada a partir da expiração do prazo de validade do último certificado de conformidade emitido.

10.4. Avaliação extraordinária

10.4.1. Cabe ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION, diante de suspeições ou denúncias devidamente fundamentadas quanto ao EPI certificado, a qualquer tempo, coletar ou comprar amostras no mercado para realização de avaliação extraordinária, adotando os procedimentos aplicáveis à manutenção da certificação previstos nesta IT, considerados os ensaios e critérios de amostragem previstos no anexo específico para o EPI certificado, e arcando com os custos referentes à coleta das amostras, envio ao laboratório e ensaios necessários ao esclarecimento da situação do EPI para o detentor do certificado.


10.4.1.1. Caso seja identificada alguma não conformidade em relação ao EPI certificado, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve agir conforme previsto no subitem 10.2.4 desta IT, quanto ao tratamento de não conformidades na etapa de manutenção da certificação.

10.5. Acompanhamento de mercado

10.5.1. Em caso de recebimento, pela SIT, de denúncias devidamente fundamentadas ou em caso de ações de acompanhamento de mercado realizadas pela SIT, a exemplo de fiscalização, conforme previsto na Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva, acerca de EPI avaliado nos termos desta IT, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION responsável pode ser instado a realizar novas atividades de avaliação da conformidade do equipamento.

10.5.1.1. As atividades referidas no subitem 9.5.1 abrangem aquelas previstas nesta IT, a exemplo de:


- levantamento de informações e/ou documentação junto ao detentor do certificado;
- coleta ou compra de amostras de EPI seguindo os critérios de amostragem previstos no item 9.2 e nos anexos desta IT, ou o recebimento de amostras enviadas pela SIT;
- contratação de laboratório, definido em conjunto com a SIT, para realização de ensaios previstos nos anexos desta IT nas amostras coletadas ou recebidas; ou
- realização de auditoria de SGQ no detentor do certificado.

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 20 de 53

- 10.5.1.2. O BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve arcar com os custos advindos das atividades de apuração previstas no subitem **9.5.1**.
- 10.5.1.3. O BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve apresentar à SIT os resultados da apuração realizada, acompanhados dos relatórios de ensaio emitidos quando existentes.
- 10.5.1.3.1. Em caso de equipamentos avaliados por certificação com etapas de manutenção, se, em face da apuração realizada for detectada não conformidade do equipamento certificado, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve agir conforme previsto no subitem **9.2.4** desta IT, quanto ao tratamento de não conformidades na etapa de manutenção da certificação.
- 10.5.1.4. Em face dos resultados apresentados pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION, a SIT aplicará as penalidades cabíveis quanto ao Certificado de Aprovação do EPI conforme previsto na Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva
- 10.5.1.4.1. Em caso de não conformidade considerada, pelo MTP, sistêmica ou de risco potencial à segurança e à saúde do trabalhador, a SIT poderá determinar a retirada do EPI do mercado.

10.6. Transferência de certificação

- 10.6.1. É permitida a transferência de certificados válidos, emitidos de acordo com o estabelecido nesta IT, de um BUREAU VERITAS CERTIFICATION emissor para um BUREAU VERITAS CERTIFICATION receptor, acreditados nos termos desta IT, podendo ser motivada pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION emissor ou pelo detentor do certificado.
- 10.6.1.1. Os certificados suspensos, cancelados ou com data de validade expirada não podem ser aceitos para fins de transferência, devendo seguir os procedimentos regulares previstos nesta IT para sua reativação ou recertificação, conforme o caso.
- 10.6.2. Cabe ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION emissor disponibilizar todas as informações necessárias ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION receptor, por ocasião de transferência de um certificado emitido por aquele, ainda válido.
- 10.6.3. Uma pessoa qualificada do BUREAU VERITAS CERTIFICATION receptor deve realizar uma análise crítica do processo de certificação do novo cliente, que envolva o exame da documentação e/ou realização de visita ao fabricante ou importador do EPI, devendo ser devidamente registrada.
- 10.6.3.1. A análise crítica deve cobrir, no mínimo, os seguintes aspectos:
- as etapas do processo realizadas até o momento e a situação da etapa no processo atual de certificação;
 - relatórios de ensaio;
 - plano de ensaios realizados, correlacionando com a família ou modelo;
 - razões do pedido de transferência;
 - validade do certificado, no que diz respeito à autenticidade e à duração, cobrindo o escopo objeto da transferência;
 - validade da certificação e situação de não conformidade(s) ainda pendente(s) de correção(ões), a qual, de preferência, deve ser efetuada em conjunto com o BUREAU VERITAS CERTIFICATION emissor, a não ser que tenha ocorrido o encerramento de suas atividades;
 - relatório(s) da última auditoria (certificação, manutenção e recertificação) e da(s) extraordinária(s), e qualquer não conformidade ainda não sanada;
 - reclamação(ões) ou apelação(ões) recebida(s) e a(s) ação(ões) adotada(s);

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 21 de 53

i) a etapa atual da certificação.

10.6.4. Se na análise crítica prévia forem identificadas não conformidades pendentes ou riscos potenciais, ou quando houver dúvidas quanto à adequação da certificação existente, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION receptor deve, dependendo da extensão da dúvida:

- a) recusar o processo de transferência e dar início a um processo de certificação novo; ou,
- b) aceitar o processo de transferência após a evidenciação, por meio de auditoria ou ensaio, de que a certificação original pode ser mantida.

10.6.4.1. Em caso de aceitação do processo de transferência, a decisão quanto às ações necessárias depende da natureza e da extensão das não conformidades encontradas, devendo ser registrada e explicada ao detentor do certificado.

10.6.5. Se na análise crítica prévia não forem identificadas não conformidades pendentes ou riscos potenciais, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION receptor pode aceitar a transferência de certificação.

10.6.6. Aceita a transferência, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION receptor emitirá um novo certificado de conformidade que:

- a) seja datado do término da análise crítica e com o prazo de validade restante em relação ao certificado original;
- b) considere todos os requisitos previstos no subitem 10.1.6 desta IT, referente à emissão de certificado de conformidade; e
- c) faça referência ao processo de transferência de certificação, indicando o organismo emissor, número do certificado transferido e a data da transferência.

10.6.7. O BUREAU VERITAS CERTIFICATION emissor somente deve cancelar o certificado de conformidade quando o BUREAU VERITAS CERTIFICATION receptor emitir o novo certificado de conformidade com a validade restante.

10.6.8. A próxima avaliação de manutenção ou recertificação deve ocorrer de acordo com os critérios estabelecidos nesta IT e ser realizada nos prazos previstos no processo original de certificação realizado pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION emissor.


10.6.9. O BUREAU VERITAS CERTIFICATION receptor deve manter toda a documentação e todos os registros relativos à transferência de certificação, durante o tempo determinado no seu SGQ.

10.7. Encerramento da certificação

10.7.1. O encerramento da certificação dar-se-á na hipótese de encerramento da fabricação ou importação dos EPI certificados na forma desta IT.

10.7.2. O BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve assegurar que os equipamentos certificados antes da decisão de encerramento da certificação estejam em conformidade com esta IT, por meio de uma auditoria extraordinária para verificação e registro dos seguintes requisitos:

- a) data de fabricação e tamanho dos últimos lotes do equipamento certificado ou, em caso de equipamento importado, data da última importação e tamanho dos últimos lotes importados;
- b) material disponível em estoque;
- c) quantidade de equipamento acabado em estoque, com previsão para que sejam comercializados;

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 22 de 53

- d) cumprimento dos requisitos previstos nesta IT para o equipamento desde a última auditoria de acompanhamento;
- e) ensaios de rotina realizados nos últimos lotes produzidos.

10.7.2.1. No caso de EPI importado, a auditoria de encerramento deve ser realizada nas dependências do solicitante da certificação.

10.7.3. Quando julgar necessário, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION pode programar também a coleta de amostras e a realização de ensaios para avaliar a conformidade dos EPI em estoque, observando que:

- a) caso o resultado destes ensaios apresente alguma não conformidade, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION, antes de considerar o processo encerrado, determinará ao detentor do certificado o tratamento pertinente, definindo as disposições e os prazos de implementação;
- b) no caso de ocorrência de EPI não conforme no mercado, antes de considerar o processo encerrado, e, dependendo do comprometimento que a não conformidade identificada possa impor ao uso do equipamento, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve comunicar ao MTP o cancelamento do certificado, com recomendação de retirada do equipamento do mercado.

10.7.3.1. No caso de EPI importado, caso não tenha havido importação, no período compreendido entre a certificação inicial ou última manutenção e a solicitação de encerramento, evidenciado na auditoria referida no subitem 10.7.2, não é aplicável a realização de ensaios para verificação da conformidade dos EPI em estoque no importador.

10.7.4. A partir do encerramento da certificação, o EPI não pode mais ser fabricado ou importado, sendo admitida estritamente a distribuição e comercialização do estoque produzido dentro da validade da certificação enquanto durar a validade do Certificado de Aprovação do EPI.

10.7.5. Uma vez concluídas as etapas previstas em 10.7.2 e 10.7.3, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve cancelar o certificado, notificando o encerramento ao MTP, por meio da emissão de documento contemplando as informações previstas em 10.7.2.

10.7.5.1. O Certificado de Aprovação emitido a partir de certificado que venha a ser cancelado por encerramento da fabricação ou importação terá sua data de validade alterada para a data da comunicação do cancelamento pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION, ou para o prazo estipulado pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION para a comercialização do estoque verificado, desde que não superior à validade final da certificação.


10.7.6. Caso o detentor do certificado não permita ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION cumprir as etapas previstas no subitem 10.7.2, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve cancelar o certificado e notificar o encerramento ao MTP, justificando o impedimento acima mencionado.

10.7.7. O Certificado de Aprovação emitido a partir de certificado que venha a ser encerrado nos termos do subitem 10.7.6 terá sua data de validade alterada para a data da comunicação do cancelamento pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION, ficando impedida, dessa forma, a comercialização de eventual estoque ainda existente.

11. TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

11.1. O tratamento de reclamações descrito nesta IT se aplica ao solicitante da certificação e ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION, devendo contemplar:

- a) um sistema para tratamento das reclamações, assinado pelo responsável formalmente designado para tal, que evidencie que o solicitante da certificação e o BUREAU VERITAS CERTIFICATION:
 - I. valorizam e dão efetivo tratamento às reclamações apresentadas;

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 23 de 53


- II. conhecem e comprometem-se a cumprir e sujeitar-se às penalidades previstas nas leis, especificamente na Lei nº 8.078, de 1990;
 - III. analisam criticamente os resultados, bem como tomam as providências devidas, em função das reclamações recebidas;
 - IV. definem responsabilidades quanto ao tratamento das reclamações;
 - V. comprometem-se a responder ao MTP, no prazo de quinze dias corridos, acerca de qualquer reclamação que aquele órgão tenha recebido sobre o EPI objeto de certificação;
 - VI. comprometem-se a responder ao reclamante quanto ao recebimento, tratamento e conclusão da reclamação, conforme prazos estabelecidos internamente.
- b) uma sistemática para o tratamento de reclamações contendo o registro de cada uma, o tratamento dado e o estágio atual;
 - c) a indicação formal de uma pessoa ou equipe, devidamente capacitada e com liberdade para o tratamento das reclamações;
 - d) número de telefone ou outros meios para atendimento às reclamações e formulário de registro de reclamações, que inclua código ou número de protocolo fornecido ao consumidor para acompanhamento.
- 11.2. O solicitante da certificação e o BUREAU VERITAS CERTIFICATION devem ainda realizar anualmente uma análise crítica das reclamações recebidas e evidências da implementação das correspondentes ações corretivas, bem como das oportunidades de melhorias, registrando seus resultados.
- 11.3. Obrigatoriamente, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve auditar todos os locais (próprios do solicitante da certificação ou por ele diretamente terceirizados) onde a atividade de tratamento de reclamações for exercida, para verificação do atendimento aos requisitos estabelecidos anteriormente, nas avaliações iniciais, de manutenção e recertificação, quando existentes.
- 11.3.1. Para os casos em que o solicitante da certificação comprovar sua condição de MPE, a auditoria é opcional, ficando a critério do BUREAU VERITAS CERTIFICATION a sua realização.

12. OBRIGAÇÕES

12.1. Obrigações de fabricantes e importadores de EPI

12.1.1. Constituem obrigações de fabricantes e importadores de EPI:

- a) acatar todas as condições estabelecidas na Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva, nesta IT e anexos aplicáveis e nas disposições legais e contratuais referentes à certificação do EPI, independentemente de sua transcrição;
- b) acatar as decisões pertinentes à certificação adotadas pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION, sendo que em caso de discordância das decisões, o solicitante deve recorrer formalmente, em primeira instância ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION e, posteriormente, ao MTP;
- c) facilitar ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION ou ao seu contratado, mediante comprovação desta condição, os trabalhos de auditoria e de acompanhamento que atendam aos critérios desta IT;
- d) realizar o controle produtivo dos equipamentos certificados, mediante registro contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - I. identificação do lote de fabricação;
 - II. data de fabricação;

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 24 de 53

III. número de série, quando aplicável;

IV. marca, modelo e versão; e


V. classificações ou enquadramentos segundo a norma técnica aplicável.

- e) manter as condições técnico-organizacionais que serviram de base para a obtenção da certificação, informando, previamente ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION, qualquer modificação que pretenda fazer no EPI para o qual foi concedido o referido certificado;
 - f) informar ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION, a qualquer tempo, qualquer alteração no projeto, memorial descritivo ou processo produtivo do EPI certificado;
 - g) no caso da suspensão temporária ou do cancelamento da certificação, o fabricante ou importador do EPI deve cessar imediatamente o uso de toda e qualquer publicidade que tenha relação com a identificação da certificação;
 - h) comunicar imediatamente ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION, no caso de cessar definitivamente a fabricação ou importação dos modelos de EPI certificados;
 - i) não utilizar a mesma codificação (denominação comercial) para um EPI certificado e um EPI não certificado;
 - j) ressarcir o BUREAU VERITAS CERTIFICATION os custos decorrentes das ações de avaliação extraordinária e de acompanhamento de mercado, conforme previsto nos itens 10.4 e 10.5 desta IT;
 - k) comunicar ao MTP, em até 48 horas, quando identificar que o EPI certificado colocado no mercado apresenta não conformidades que colocam em risco a segurança e a saúde do trabalhador;
 - l) responder as notificações do MTP, dentro dos prazos estabelecidos, que solicitam esclarecimentos relacionados aos processos de investigação de não conformidades detectadas no EPI certificado;
 - m) fornecer ao MTP todas as informações solicitadas por este, referentes ao processo de certificação do EPI estabelecido nesta IT, encaminhando, quando necessário e solicitado, documentos comprobatórios;
 - n) considerar os prazos dados pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION e pelo laboratório de ensaios para entrar tempestivamente com as avaliações de manutenção e recertificação; e
 - o) no caso de cancelamento de acreditação do BUREAU VERITAS CERTIFICATION emissor do certificado, migrar para outro BUREAU VERITAS CERTIFICATION no máximo até o prazo para realização da próxima manutenção ou recertificação, o que ocorrer primeiro.
- 12.1.2. O fabricante ou importador do EPI tem responsabilidade técnica, civil e penal referente aos EPI por ele fabricados ou importados, bem como a todos os documentos referentes à certificação, não havendo hipótese de transferência de responsabilidade ao MTP.

12.2. Obrigações do BUREAU VERITAS CERTIFICATION

12.2.1. Os BUREAU VERITAS CERTIFICATION devem observar os padrões de conduta e os procedimentos estabelecidos nesta IT durante a avaliação da conformidade de EPI, observando que:


- a) é vedado ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION ou quaisquer de seus colaboradores que tenham participado direta ou indiretamente do desenvolvimento de determinado EPI, ou prestado consultoria a ele relacionada, expedir certificado de conformidade para este mesmo equipamento; e
- b) se constatado descumprimento dos procedimentos previstos nesta IT em processo de certificação conduzido por BUREAU VERITAS CERTIFICATION, o MTP notificará o organismo, estabelecendo

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 25 de 53

a necessidade de providências e respectivos prazos, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo 13 desta IT.

12.2.2. Constituem obrigações dos BUREAU VERITAS CERTIFICATION na avaliação da conformidade de EPI:

- a) agir segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;
- b) primar pela adequação entre meios e fins, sendo vedada a imposição de obrigações contratuais em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento às regras do processo de certificação de EPI estabelecidas pelo MTP;
- c) manter acreditação vigente junto ao Inmetro para o escopo previsto nesta IT;
- d) dispor de pessoal capacitado, mantendo registro da qualificação e das ações de capacitação, de forma a poder conduzir competentemente todo o processo de certificação previsto nesta IT;
- e) proceder à certificação do EPI conforme os requisitos estabelecidos nesta IT e na Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva, dirimindo obrigatoriamente as dúvidas com o MTP;
- f) exigir do fabricante ou importador do EPI a apresentação de toda a documentação necessária à condução do processo de certificação, nos termos desta IT;
- g) em caso de comunicação pelo cliente de alteração das condições técnicas e operacionais ou na documentação pertinente, para a fabricação ou importação de EPI, determinar se as mudanças anunciadas exigem auditorias e/ou ensaios adicionais;
- h) comunicar formalmente aos fabricantes ou importadores detentores de certificados de conformidade de EPI as alterações em normas técnicas, documentos emitidos ou reconhecidos pelo MTP que possam interferir nos requisitos desta IT;
- i) notificar, em até cinco dias úteis, ao MTP, os casos de suspensão ou cancelamento de certificado de conformidade, por meio eletrônico, para o e-mail certificado@economia.gov.br, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - I. número do certificado de conformidade a que se refere o comunicado
 - II. número do Certificado de Aprovação correspondente;
 - III. ocorrência (suspensão ou cancelamento); e
 - IV. modelo (se certificação por modelo) ou família do EPI (se certificação por família) abrangido pela ocorrência;
 - V. motivo da suspensão ou cancelamento (informar a natureza da não conformidade conforme Tabela 4, identificação do ensaio de reprovação, identificação do(s) lote(s) comprometido(s), bem como necessidade de retirada do mercado), observando-se que:
 - i. nos casos de cancelamento por transferência, informar o BUREAU VERITAS CERTIFICATION de destino e a data da transferência;
 - ii. nos casos de cancelamento por encerramento da fabricação ou importação, informar a data da última fabricação ou importação do EPI, bem como a previsão para comercialização do estoque; e
 - iii. nos casos de cancelamento da certificação por abandono ou rompimento de contrato, esta condição deve estar expressamente indicada;
 - VI. nos casos de revogação da suspensão, qual ação corretiva possibilitou tal revogação;
 - VII. data da auditoria de encerramento (no caso de cancelamento por encerramento);
 - VIII. data da suspensão ou cancelamento ou de revogação da suspensão; e

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 26 de 53

IX. assinatura do signatário do BUREAU VERITAS CERTIFICATION;


- j) comunicar ao MTP a existência de não conformidade detectada durante auditoria do SGQ realizada em fabricante ou importador de EPI detentor de certificado ABNT NBR ISO 9001 ou ISO 9001;
- k) selecionar, em comum acordo com o solicitante da certificação, o laboratório a ser utilizado no processo de certificação, com base nos requisitos estabelecidos nesta IT;
- l) realizar, por sua exclusiva responsabilidade, a interpretação dos resultados contidos nos relatórios de ensaios emitidos pelos laboratórios de ensaio, nos termos previstos nesta IT;
- m) exigir dos laboratórios que informem as incertezas de medições inerentes aos ensaios realizados;
- n) planejar as atividades de manutenção e recertificação de forma a atender tempestivamente os prazos de adequação previstos nesta IT e suas atualizações.
- o) Realizar o acompanhamento do EPI certificado conforme atividades de avaliação extraordinária e de acompanhamento de mercado, previstas, respectivamente, nos itens 10.4 e 10.5 desta IT;
- p) possuir um sistema de Tratamento de Reclamações, conforme Capítulo 11 desta IT;
- q) disponibilizar ao MTP, quando solicitado, todos os registros e informações referentes aos processos de certificação realizados pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION, no prazo máximo de cinco dias úteis; e
- r) adotar as ações necessárias de adequação às condições descritas nesta IT determinadas pelo MTP.

Tabela 4 - Relação de tipos de não conformidades

Motivo	Descrição
I	Suspensão ou cancelamento por reprovação em ensaios;
II	Suspensão ou cancelamento por outros tipos de não conformidades não relacionadas a ensaios;
II	Suspensão ou cancelamento por abandono ou rompimento de contrato (não cumprimento da etapa de manutenção ou recertificação);
IV	Cancelamento por transferência de BUREAU VERITAS CERTIFICATION;
V	Cancelamento a pedido por encerramento da fabricação ou importação;
VI	Cancelamento por adequação a novo regulamento (vencimento do 1º prazo de adequação)

12.2.3. Caso o BUREAU VERITAS CERTIFICATION tenha sua acreditação cancelada, deve:

- a) Comunicar imediatamente a seus clientes a sua condição e instruí-los no processo de transição para outro BUREAU VERITAS CERTIFICATION que esteja com sua acreditação ativa, ressaltando que os certificados já emitidos permanecerão válidos até o término dos prazos de manutenção ou renovação, o que ocorrer primeiro;
- b) disponibilizar ao MTP, quando solicitado, todos os registros e informações relativas aos processos de certificação por ele realizados;

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 27 de 53


- c) disponibilizar a seus clientes todos os registros, certificados, relatórios e demais documentos referentes ao(s) seu(s) processo(s) de certificação para subsidiá-los quando da contratação de outro BUREAU VERITAS CERTIFICATION acreditado para a continuidade da sua certificação;
 - d) informar ao MTP todas as ações realizadas durante o processo de migração das empresas detentoras de certificados com o objetivo de evitar danos aos fabricantes ou importadores de EPI e aos consumidores;
 - e) facilitar a migração do processo de certificação para outro BUREAU VERITAS CERTIFICATION definido pelo detentor da certificação; e
 - f) cancelar os certificados emitidos na data de conclusão da migração para o BUREAU VERITAS CERTIFICATION receptor ou, não havendo migração, na data de manutenção ou renovação do certificado emitido, o que ocorrer primeiro.
- 12.2.3.1. O BUREAU VERITAS CERTIFICATION com acreditação cancelada não pode realizar as atividades de manutenção ou renovação dos certificados emitidos para fins desta IT.
- 12.2.3.2. O BUREAU VERITAS CERTIFICATION com acreditação suspensa deve informar tal condição a seus clientes e, enquanto estiver nesta condição, não pode realizar nenhuma atividade de concessão inicial de certificação e nem conceder recertificações ou extensão de escopo para certificações em vigor, devendo, contudo, durante o período de suspensão, realizar todas as atividades relativas às manutenções dos certificados em vigor, desde que não haja ampliação de escopo destes.

13. PENALIDADES

- 13.1. O descumprimento das disposições previstas nesta IT sujeita os agentes às sanções cabíveis, nos termos da legislação e desta IT.
- 13.1.1. Independentemente das sanções administrativas cabíveis, a constatação do cometimento de infrações que importem em fraude, falsidade documental ou conduta anticompetitiva sujeita o infrator à aplicação da legislação civil e penal.
- 13.2. O descumprimento pelo fabricante ou importador de EPI quanto às obrigações relativas à certificação previstas nesta IT importa na aplicação das sanções de suspensão ou cancelamento da certificação, pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION, nos termos desta IT e, ainda, quando cabível, na suspensão ou cancelamento do Certificado de Aprovação, pelo MTP, nos termos da Norma Regulamentadora nº 6 e da Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva.
- 13.3. O descumprimento do disposto nesta IT pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION importará na comunicação, pelo MTP, ao Inmetro, acerca das condutas irregulares constatadas para que este determine as sanções administrativas cabíveis quanto à acreditação do organismo no escopo específico previsto nesta IT.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. Esta IT Geral se complementa com as disposições estabelecidas nos anexos específicos por tipo de EPI.
- 14.1.1. Em caso de conflito, as disposições dos anexos prevalecem sobre o Regulamento Geral.
- 14.2. A certificação prevista nesta IT é condição para fins de obtenção de Certificado de Aprovação estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para os equipamentos previstos na Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva.

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 28 de 53

14.2.1. Uma vez obtida a certificação nos termos desta IT, é de responsabilidade do fabricante ou importador de EPI solicitar a obtenção do Certificado de Aprovação junto ao MTP, conforme procedimentos previstos na Portaria MTP nº 672, de 2021, ou substitutiva.

ANEXO A - CAPACETE DE SEGURANÇA

A1. Objetivo

A1.1. Estabelecer critérios complementares ao Regulamento Geral para Certificação de Equipamentos de Proteção Individual - RGCEPI, especificamente para EPI tipo capacete de segurança para uso ocupacional, com foco na segurança, atendendo aos requisitos da ABNT NBR 8221, visando propiciar adequada conformidade ao equipamento para proteção da cabeça contra impactos e agentes agressivos no uso industrial.

A1.1.1. Para a certificação de capacetes de segurança de uso ocupacional, devem ser observadas as disposições estabelecidas no RGCEPI acrescidas dos critérios previstos neste Anexo.

A2. Documentos de referência

ABNT NBR 8221	Capacete de Segurança para uso ocupacional - Especificação e métodos de ensaio
---------------	--


A3. Definições

Para fins deste Anexo ficam adotadas as definições contidas no RGCEPI, complementadas pelas definições contidas nos documentos citados no Capítulo 2 deste Anexo e pelas definições a seguir, prevalecendo as definições estabelecidas neste Anexo.

A3.1. Lote de Fabricação

Conjunto de capacetes de segurança para uso ocupacional de um mesmo modelo, identificado pelo fabricante, fabricados segundo o mesmo projeto, processo e matéria-prima.

A3.2. Modelo

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 29 de 53

Características únicas do capacete de segurança para uso ocupacional determinadas pelo seu tipo, classe e memorial descritivo.

A3.3. Tipos e classes

Classificação conforme a proteção oferecida pelo capacete de segurança. Quanto à proteção contra impactos, os capacetes de segurança classificam-se como Tipo I ou Tipo II. Quanto à proteção contra riscos elétricos, os capacetes de segurança classificam-se como Classes G, E ou C.

A4. Modelo de certificação

A4.1. A certificação de capacetes de segurança para uso ocupacional deve ser realizada nos modelos de certificação 1b ou 5, definidos no RGCEPI, de acordo com a opção do fabricante ou importador do EPI.

A5. Disposições complementares para o processo de certificação de capacete de segurança para uso ocupacional

A5.1. Avaliação inicial

A5.1.1. Aplicam-se à avaliação inicial para a certificação de capacetes de segurança de uso ocupacional os procedimentos estabelecidos no RGCEPI, acrescidos das especificidades definidas neste Item.

A5.1.2. Documentação

A5.1.2.1. Além das informações constantes no RGCEPI, o memorial descritivo dos capacetes de segurança para uso ocupacional a ser apresentado pelo fabricante ou importador ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION, deve conter, no mínimo:

- a) a identificação do modelo;
- b) o tipo;
- c) a classe;
- d) as cores disponíveis; e
- e) requisitos opcionais que o EPI atende.

A5.1.3. Ensaaios iniciais

A5.1.3.1. Definição dos ensaios a serem realizados

A5.1.3.1.1. Os ensaios de avaliação inicial a serem realizados, nos modelos de certificação 1b e 5, são os relacionados na Tabela A. 1 deste Anexo.

A5.1.3.1.1.1. Os ensaios devem ser realizados de acordo com a ABNT NBR 8221, nas amostras coletadas pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION.


 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 30 de 53

Tabela A. 1 - Ensaios e verificações a serem realizadas de acordo com a NBR 8221 e tamanho da amostra para cada modelo

Tipo	Ensaios (segundo a ABNT NBR 8221)	Cor de maior produção, preferencialmente branco	Demais cores (para cada cor adicional)
I e II	Marcação e instruções (item 4.2)	01 (C1)	
	Inflamabilidade (item 5.1.1)	01 (C2)	
	Transmissão de força (item 5.1.2) Condicionamento quente (item 6.2.1.1 ou 6.2.1.5) *	03 (C3 a C5)	01 (C12)
	Transmissão de força (item 5.1.2) Condicionamento frio (item 6.2.1.2 ou 6.2.1.3) *	03 (C6 a C8)	01 (C13)
	Penetração no topo (item 5.1.3) Condicionamento quente (item 6.2.1.1)	01 (C9)	
	Penetração no topo (item 5.1.3) Condicionamento frio (item 6.2.1.2)	01 (C10)	
	Requisitos de isolamento elétrico classe G (item 5.1.4.1) ou classe E (item 5.1.4.2)	01 (C11)	
II	Atenuação de energia impacto lateral - Tipo II (item 5.2.1) Condicionamento quente (item 6.2.1.1 ou 6.2.1.5) *	04 (C14 a C17)	01 (C35)
	Atenuação de energia impacto lateral - Tipo II (item 5.2.1) Condicionamento frio (item 6.2.1.2 ou 6.2.1.3) *	04 (C18 a C21)	01 (C36)
	Atenuação de energia impacto lateral - Tipo II (item 5.2.1) Condicionamento úmido (item 6.2.1.4)	04 (C22 a C25)	01 (C37)



BUREAU VERITAS CERTIFICATION

**INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA
CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE
PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI**

Ref.: IT 599 C BR

Emissão: 13/10/2023

Página 31 de 53

	Penetração excêntrica (item 5.2.2) Condicionamento quente (item 6.2.1.1 ou 6.2.1.5)*	02 (C26 e C27)	01 (C38)
	Penetração excêntrica (item 5.2.2) Condicionamento frio (item 6.2.1.2 ou 6.2.1.3) *	02 (C28 e C29)	01 (C39)
	Penetração excêntrica (item 5.2.2) Condicionamento úmido (item 6.2.1.4)	02 (C30 e C31)	01 (C40)
	Jugular - Tipo II (item 5.2.3) Condicionamento quente (item 6.2.1.1 ou 6.2.1.5) *	01 (C32)	
	Jugular - Tipo II (item 5.2.3) Condicionamento frio (item 6.2.1.2 ou 6.2.1.3) *	01 (C33)	
	Jugular - Tipo II (item 5.2.3) Condicionamento úmido (item 6.2.1.4)	01 (C34)	
Opcional I e II **	Uso invertido - Transmissão de força (item 5.1.2) Condicionamento quente (item 6.2.1.1 ou 6.2.1.5) *	01 (C14)	
	Uso invertido - Transmissão de força (item 5.1.2) Condicionamento frio (item 6.2.1.2 ou 6.2.1.3) *	01 (C15)	
Opcional II **	Uso invertido - Atenuação de energia impacto lateral - Tipo II (item 5.2.1) Condicionamento quente (item 6.2.1.1 ou 6.2.1.5) *	01 (C41)	
	Uso invertido - Atenuação de energia impacto lateral - Tipo II (item 5.2.1) Condicionamento frio (item 6.2.1.2 ou 6.2.1.3) *	01 (C42)	
	Uso invertido - Atenua-	01 (C43)	

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI		Ref.: IT 599 C BR
			Emissão: 13/10/2023
			Página 32 de 53
	ção de energia impacto lateral - Tipo II (item 5.2.1) Condicionamento úmido (item 6.2.1.4)		
	Uso invertido - Penetração excêntrica (item 5.2.2) Condicionamento quente (item 6.2.1.1 ou 6.2.1.5) *	01 (C44)	
	Uso invertido - Penetração excêntrica (item 5.2.2) Condicionamento frio (item 6.2.1.2 ou 6.2.1.3) *	01 (C45)	
	Uso invertido - Penetração excêntrica (item 5.2.2) Condicionamento úmido (item 6.2.1.4)	01 (C46)	
Opcional**	Alta visibilidade (item 5.3.2)	01 (C1)	

Nota: C indica o capacete de número.

A5.1.3.1.2. Para os ensaios indicados com (*) na Tabela A. 1 deste Anexo, deve ser realizado apenas um dos condicionamentos relacionados conforme informação do fabricante ou importador do EPI.

A5.1.3.1.3. Os ensaios indicados com (**) na Tabela A. 1 deste Anexo são exigidos apenas quando solicitado pelo fabricante ou importador.

A5.1.3.2. Definição da amostragem

Modelo de certificação 5


A5.1.3.2.1. A amostragem deve ser realizada conforme Tabela A. 1 deste Anexo.

A5.1.3.2.1.1. As amostras de cada modelo devem ser retiradas de um mesmo lote de fabricação.

A5.1.3.2.1.2. As amostras, para cada cor, devem ser retiradas, para cada modelo, de um mesmo lote de fabricação.

A5.1.3.2.2. O BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve tomar uma amostragem 3 (três) vezes maior que a estabelecida na Tabela A. 1, para compor a amostragem de prova, contraprova e testemunha, conforme determina o subitem 10.1.4.2.3 do RGCEPI.

Modelo de certificação 1b

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 33 de 53

A5.1.3.2.3. A coleta deve ser realizada, por modelo, no(s) lote(s) a ser(em) certificado(s).

A5.1.3.2.4. Para definição da amostragem para realização dos ensaios de certificação no modelo 1b, deve ser utilizado o plano de amostragem simples – normal, para o nível de inspeção e nível de qualidade aceitável – NQA constante da ABNT NBR 5426, conforme estabelecido na Tabela A. 2 deste Anexo.

Tabela A. 2 - Nível de inspeção e de qualidade aceitável do plano de amostragem para certificação de capacetes de segurança para uso ocupacional por lote de fabricação (para cada modelo, separadamente)

Ensaio (segundo a ABNT NBR 8221)	Amostragem	
	Níveis de Inspeção	NQA
Marcação e instruções (item 4.2)	S3	2,5
Inflamabilidade (item 5.1.1)	S3	1,0
Transmissão de força (item 5.1.2) Condicionamento quente (item 6.2.1.1 ou 6.2.1.5) *	S3	1,0
Transmissão de força (item 5.1.2) Condicionamento frio (item 6.2.1.2 ou 6.2.1.3) *	S3	1,0
Penetração no topo (item 5.1.3) Condicionamento quente (item 6.2.1.1)	S3	1,0
Penetração no topo (item 5.1.3) Condicionamento frio (item 6.2.1.2)	S3	1,0
Requisitos de isolamento elétrico classe G (item 5.1.4.1) ou classe E (item 5.1.4.2)	S3	1,0
Atenuação de energia impacto lateral - Tipo II (item 5.2.1) Condicionamento quente (item 6.2.1.1 ou 6.2.1.5) *	S3	1,0
Atenuação de energia impacto lateral - Tipo II (item 5.2.1) Condicionamento frio (item 6.2.1.2 ou 6.2.1.3) *	S3	1,0
Atenuação de energia impacto lateral - Tipo II (item 5.2.1) Condicionamento úmido (item 6.2.1.4)	S3	1,0
Penetração excêntrica (item 5.2.2) Condicionamento quente (item 6.2.1.1 ou 6.2.1.5) *	S3	1,0



BUREAU VERITAS CERTIFICATION


**INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA
CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE
PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI**

Ref.: IT 599 C BR

Emissão: 13/10/2023

Página 34 de 53

Penetração excêntrica (item 5.2.2) Condicionamento frio (item 6.2.1.2 ou 6.2.1.3) *	S3	1,0
Penetração excêntrica (item 5.2.2) Condicionamento úmido (item 6.2.1.4)	S3	1,0
Jugular - Tipo II (item 5.2.3) Con- dicionamento quente (item 6.2.1.1 ou 6.2.1.5) *	S3	2,5
Jugular - Tipo II (item 5.2.3) Con- dicionamento frio (item 6.2.1.2 ou 6.2.1.3) *	S3	2,5
Jugular - Tipo II (item 5.2.3) Con- dicionamento úmido (item 6.2.1.4)	S3	2,5
Uso invertido - Transmissão de força (item 5.1.2) Condicionamen- to quente (item 6.2.1.1 ou 6.2.1.5)	S3	1,0
Uso invertido - Transmissão de força (item 5.1.2) Condicionamen- to frio (item 6.2.1.2 ou 6.2.1.3) *	S3	1,0
Uso invertido - Atenuação de energia impacto lateral - Tipo II (item 5.2.1) Condicionamento quente (item 6.2.1.1 ou 6.2.1.5) *	S3	1,0
Uso invertido - Atenuação de energia impacto lateral - Tipo II (item 5.2.1) Condicionamento frio (item 6.2.1.2 ou 6.2.1.3) *	S3	1,0
Uso invertido - Atenuação de energia impacto lateral - Tipo II (item 5.2.1) Condicionamento úmido (item 6.2.1.4)	S3	1,0
Uso invertido - Penetração excên- trica (item 5.2.2) Condicionamento quente (item 6.2.1.1 ou 6.2.1.5) *	S3	1,0
Uso invertido - Penetração excên- trica (item 5.2.2) Condicionamento frio (item 6.2.1.2 ou 6.2.1.3) *	S3	1,0
Uso invertido - Penetração excên- trica (item 5.2.2) Condicionamento úmido (item 6.2.1.4)	S3	1,0
Alta visibilidade (item 5.3.2)	S3	2,5

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 35 de 53

A5.1.3.2.4.1. Para os ensaios indicados com (*) na Tabela A. 2 deste Anexo, deve ser realizado apenas um dos condicionamentos relacionados conforme informação do fabricante ou importador do EPI.

A5.1.4. Certificado de conformidade

A5.1.4.1. O certificado de conformidade do EPI tipo capacete de segurança para uso ocupacional avaliado no modelo de certificação 5 terá prazo de validade de três anos.

A5.1.4.2. Para o modelo de certificação 1b, o certificado de conformidade deve ser emitido sem data de validade, atrelando-se somente ao lote aprovado.

A5.2. Avaliação de manutenção

A5.2.1. Aplicam-se à avaliação de manutenção de capacetes de segurança de uso ocupacional os procedimentos estabelecidos no RGCEPI, acrescidos das especificidades definidas neste Item.

A5.2.1.1. As disposições acerca da avaliação de manutenção previstas neste Anexo se aplicam apenas ao modelo de certificação 5.

A5.2.2. Auditoria de manutenção

A5.2.2.1. O BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve realizar auditoria de manutenção no SGQ do processo produtivo do EPI, pelo menos, uma vez ao ano, em conformidade com os procedimentos estabelecidos no RGCEPI.

A5.2.2.2. O prazo para realização da auditoria de manutenção de SGQ deve ser contado a partir da data de emissão do certificado de conformidade.


A5.2.2.3. Outras auditorias do SGQ podem ser realizadas, desde que ocorra deliberação do BUREAU VERITAS CERTIFICATION, baseada em evidências que as justifiquem, ou por solicitação do MTP.

A5.2.3. Ensaios de manutenção

A5.2.3.1. Os ensaios de manutenção da certificação de capacetes de segurança de uso ocupacional serão realizados, no mínimo, anualmente, considerada a data de emissão do certificado de conformidade.

A5.2.3.1.1. Os ensaios de manutenção podem ser realizados em periodicidade inferior, desde que ocorra deliberação do BUREAU VERITAS CERTIFICATION, baseada em evidências que justifiquem sua realização, ou por solicitação do MTP.

A5.2.3.2. Definição de ensaios a serem realizados

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 36 de 53

A5.2.3.2.1. Nas avaliações de manutenção, devem ser realizados os ensaios relacionados na Tabela A. 1 deste Anexo, para cada modelo certificado.

A5.2.3.2.2. Os procedimentos para realização dos ensaios são os definidos na ABNT NBR 8221.

A5.2.3.3. Definição da amostragem

A5.2.3.3.1. A amostragem para os ensaios de manutenção deve atender os critérios estipulados para a avaliação inicial definidos nos subitens A5.1.3.2.1 e A5.1.3.2.2 deste Anexo e respectivos subitens.

ANEXO B - COMPONENTES DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA PROTEÇÃO CONTRA QUEDAS COM DIFERENÇA DE NÍVEL

B1. Objetivo

B1.1. Estabelecer critérios complementares ao IT Geral para Certificação de Equipamentos de Proteção Individual - RGCEPI, especificamente para componentes dos EPI para proteção contra quedas com diferença de nível, com foco na segurança, atendendo aos requisitos da ABNT NBR 15834, ABNT NBR 15835, ABNT NBR 15836, ABNT NBR 14626, ABNT NBR 14627 e ABNT NBR 14628, visando propiciar adequada conformidade ao equipamento para proteção contra quedas com diferença de nível.

B1.1.1. Para a certificação de componentes dos Equipamentos de Proteção Individual para proteção contra quedas com diferença de nível, devem ser observadas as disposições estabelecidas no RGCEPI, acrescidas dos critérios previstos neste Anexo.


B1.2. Escopo de aplicação

B1.2.1. Os requisitos estabelecidos neste Anexo se aplicam aos componentes dos EPI para proteção contra quedas com diferença de nível definidos como cinturão de segurança e dispositivos trava-queda e talabarte de segurança, utilizados para a execução de atividades nos trabalhos em altura.

B1.2.2. Excluem-se desses requisitos as cadeirinhas e os peitorais de utilização em atividades recreativas e esportivas, e o talabarte sem gancho ou com um único gancho para arvorismo.

B1.2.2.1. Excluem-se, ainda, desses requisitos, as fitas, costuras, esporas, pedais ou estribos, freios, blocantes de acionamento manual, dispositivos ascensores ou descensores por corda, assentos, dispositivos de ancoragem, linhas de vida, guinchos, redes de proteção, polias e outros artigos considerados como equipamentos auxiliares destinados a atender as mais diferentes necessidades nos trabalhos em altura.

B1.2.3. Os componentes do EPI definidos em B1.2.1 devem ser embalados individualmente mesmo quando forem vendidos em embalagens maiores tipo kits, que inclua mais de um desses componentes ou equipamentos auxiliares como os definidos em B1.2.2.1.

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 37 de 53

B1.3. Agrupamento por marca, modelo ou família

B1.3.1. Para certificação dos componentes objeto deste Anexo, aplica-se a certificação por modelo.

B1.3.2. A certificação dos cinturões de segurança e dispositivos trava-quedas e talabartes de segurança deve ser realizada para cada modelo de componente de uma mesma marca, individualmente, o qual pode, apenas, se diferenciar por versões que não gerem alteração em resultados de ensaio de acordo com as normas técnicas definidas neste Anexo.

B2. Documentos de referência


ABNT NBR 5426	Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos
ABNT NBR 15834	Equipamento de proteção individual contra queda de altura - Talabarte de Segurança para retenção de queda
ABNT NBR 15835	Equipamento de proteção individual contra queda de altura - Cinturão de Segurança tipo abdominal e Talabarte de Segurança para posicionamento e restrição
ABNT NBR 15836	Equipamento de proteção individual contra queda de altura - Cinturão de Segurança tipo paraquedista
ABNT NBR 14626	Equipamento de proteção individual contra queda de altura - Trava-queda deslizante incluindo a linha flexível de ancoragem
ABNT NBR 14627	Equipamento de proteção individual contra queda de altura - Trava-queda guiado em linha rígida
ABNT NBR 14628	Equipamento de proteção individual contra queda de altura - Trava-queda retrátil
ABNT NBR 14629	Equipamento de proteção individual contra queda de altura - Absorvedor de energia
ABNT NBR 15837	Equipamento de proteção individual contra queda de altura – Conectores

B3. Definições

Para fins deste Anexo ficam adotadas as definições contidas no RGCEPI, complementadas pelas definições contidas nos documentos citados no Capítulo 2 deste Anexo e pelas definições a seguir, prevalecendo as definições estabelecidas neste Anexo.

B3.1. Lote de fabricação

Componentes dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI para proteção contra quedas com diferença de nível (cinturão de segurança, dispositivos trava-queda e talabarte de segurança) pertencentes a um mesmo modelo, e fabricados segundo o mesmo projeto, processo e matéria-prima, limitado a trinta dias de fabricação

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 38 de 53

B3.2. Modelo

Cinturão de segurança, dispositivos trava-queda e talabarte de segurança com especificações próprias, estabelecidas por características construtivas, ou seja, mesmo projeto, processo produtivo, matéria-prima e demais requisitos normativos, com exceção de cor, tamanho, tratamentos superficiais especiais, desde que não haja alteração das características fins das matérias-primas.

B3.3. Versão

Variações de um mesmo modelo de produto, com itens adicionais ou opcionais que não alterem as características de desempenho nos ensaios pertinentes às normas. Exemplos: adição de fitas refletivas, acolchoados para conforto, suporte para equipamentos.

Nota: Em caso de equipamentos que apresentem variação de dimensões que não influenciem nos resultados dos ensaios, essas variações são consideradas versões do equipamento, por exemplo talabarte de posicionamento com comprimento maior que 2 metros.

B4. Modelo de certificação

B4.1. A certificação de componentes dos EPI para proteção contra quedas com diferença de nível (cinturão de segurança e dispositivos trava-queda e talabarte de segurança) deve ser realizada nos modelos 1b ou 5, estabelecidos no RGCEPI, conforme escolha do fabricante ou importador do EPI.

B5. Disposições complementares para o processo de certificação de componentes dos Equipamentos de Proteção Individual para proteção contra quedas com diferença de nível


B5.1. Avaliação inicial

B5.1.1. Aplicam-se à avaliação inicial para a certificação de componentes dos Equipamentos de Proteção Individual para proteção contra quedas com diferença de nível (cinturão de segurança e dispositivos trava-queda e talabarte de segurança) os procedimentos estabelecidos no RGCEPI, acrescidos das especificidades definidas neste Item.

B5.1.2. Documentação

B5.1.2.1. Além das informações constantes no RGCEPI, a solicitação para certificação de componentes dos EPI para proteção contra quedas com diferença de nível (cinturão de segurança e dispositivos trava-queda e talabarte de segurança) a ser apresentada pelo fabricante ou importador do EPI ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION, deve conter:

- identificação expressa de itens adicionais ou opcionais;
- documento que ateste a conformidade das matérias-primas (conectores de acordo com a alínea "c"), fibras sintéticas, correntes, cordas e cabos, aos critérios estabelecidos nas ABNT NBR 15834, ABNT NBR 15835, ABNT NBR 15836, ABNT NBR 14626, ABNT NBR 14627 ou ABNT NBR 14628, podendo ser certificado, relatório de ensaios, atestado ou similar;
- relatório de ensaio, contemplando todos os ensaios estabelecidos na ABNT NBR 15837, para os conectores, realizado por laboratório selecionado de acordo com os critérios estabelecidos no RGCEPI.

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 39 de 53

B5.1.2.1.1. Cabe ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION avaliar se os itens adicionais ou opcionais apresentados se enquadram enquanto variação do mesmo modelo nos termos deste Anexo.

B5.1.2.1.2. Os ensaios referidos em B5.1.2.1, alínea "c", devem ser realizados pelo solicitante da certificação de componentes dos EPI para proteção contra quedas com diferença de nível (cinturão de segurança, dispositivos trava-queda e talabarte de segurança) para cada fornecedor desses conectores e a cada período de avaliação de manutenção da certificação ou avaliação de recertificação.

B5.1.2.1.2.1. Em caso de troca de fornecedor de um determinado conector, o novo conector deve ser ensaiado de acordo com subitem B5.1.2.1, alínea "c", e seu relatório submetido e aprovado pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION.

B5.1.3. Ensaios iniciais

B5.1.3.1. Definição dos ensaios a serem realizados

B5.1.3.1.1. Os ensaios de avaliação inicial a serem realizados, nos modelos de certificação 1b e 5, são todos aqueles relacionados nas **Tabelas de B.1 a B.6** deste Anexo.

B5.1.3.1.1.1. Os ensaios devem ser realizados conforme as normas técnicas pertinentes, nas amostras coletadas pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION.

B5.1.3.2. Definição da amostragem

Modelo de certificação 5

B5.1.3.2.1. As amostras devem ser retiradas de um mesmo lote de fabricação, observando que:

- o tamanho da amostragem de prova está estabelecido nas **Tabelas de B.1 a B.6** deste Anexo; e
- o BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve tomar uma amostragem três vezes maior que a estabelecida nas **Tabelas B.1 a B.6**, para compor a amostragem de prova, contraprova e testemunha, conforme determina o subitem 10.1.4.2.3 do RGCEPI.


B5.1.3.2.2. Critério de aceitação e rejeição

B5.1.3.2.2.1. Em caso de reprovação em ensaio crítico, na amostragem de prova, todos os ensaios críticos devem ser refeitos na amostragem utilizada como contraprova, e quando aplicável, para a testemunha.

B5.1.3.2.2.1.1. Em caso de reprovação em ensaio não crítico, o reensaio se dará somente sobre ele.

Tabela B. 1 - Ensaios e verificações a serem realizadas de acordo com a ABNT NBR 14626 - Trava-queda deslizante guiado em linha flexível

Item da norma / Tipos de ensaio		Todos (exceto opcionais)	Todos (inclusive opcionais)
Total de amostras de trava queda		4 (T1 a T4)	5 (T1 a T5)
Total de amostras de linha flexível		4 (L1 a L4)	5 (L1 a L5)
4.2 Materiais e construção	4.2.1 Generalidades	1 (T1)	1 (T1)
4.3 Travamento	(*) (**) 4.3.2 Travamento	1 (T1) 1 (L1)	1 (T1) 1 (L1)

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 40 de 53

	depois do condicionamento		
	(*) (**) 4.3.3 Travamento depois do condicionamento opcional	Não aplicável	1 (T2) 1 (L2)
4.4 Resistência estática	(**) 4.4.1 Linha de ancoragem sem terminais	1 (L2)	1 (L3)
	(**) 4.4.1 Linha de ancoragem com terminais	1 (L3)	1 (L4)
(*) (**) 4.5 Comportamento dinâmico		1 (T3) 1 (L4)	1 (T4) 1 (L5)
4.6 Resistência à corrosão		1 (T4)	1 (T5)
(**) 4.7 Marcação, instrução de uso e embalagem	Devem atender a seções 6, 7 e 8 da norma	1 (T1)	1 (T1)


Comprimentos mínimos de linha para cada ensaio	
Travamento	3 metros
Resistência estática da linha sem terminais	Conforme item 5.2.2.1 da NBR 14626:2020
Resistência estática da linha com terminais	Conforme item 5.2.2.2 da NBR 14626:2020
Resistência dinâmica	3 metros

Legenda:

- 1) Ti indica a amostra de trava queda guiado em linha flexível de número i (para os itens 4.3, 4.4.1 e 4.5 a quantidade testada deve ser para o maior e menor diâmetro de cada modelo/fabricante de linha, quando houver);
- 2) Li indica a amostra de linha flexível de número i (para os itens 4.3, 4.4.1 e 4.5 a quantidade testada deve ser para o maior e menor diâmetro de cada modelo/fabricante de linha, quando houver);
- 3) (*) indica ensaio crítico. Quando houver reprovação num ensaio crítico, na amostragem de prova, todos os ensaios críticos devem ser refeitos na amostragem utilizada para a contraprova e, quando aplicável, para a testemunha. Para os ensaios não críticos, o reensaio se dará somente sobre ele; e
- 4) (**) indica ensaios necessários para adicionar cada modelo de linha na certificação do trava-queda.

Tabela B. 2 - Ensaios e verificações a serem realizadas de acordo com a ABNT NBR 14627 – Trava-queda deslizante guiado em linha rígida

Item da norma / Tipos de ensaio	Todos (exceto opcionais)	Todos (inclusive opcionais)
---------------------------------	--------------------------	-----------------------------

 BUREAU VERITAS BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 41 de 53


Total de amostras de trava queda		4 (T1 a T4)	5 (T1 a T5)
Total de amostras de linha rígida		4 (L1 a L4)	4 (L1 a L4)
4.2 Materiais e construção	4.2.1 Generalidades	1 (T1)	1 (T1)
4.3 Travamento	(*) 4.3.2 Travamento depois do condicionamento	1 (T1) 1 (L1)	1 (T1) 1 (L1)
	(*) 4.3.3 Travamento depois do condicionamento opcional	Não aplicável	1 (T2) 1 (L1)
(*) 4.4 Resistência estática		1 (T2) 1 (L2)	1 (T3) 1 (L2)
(*) 4.5 Comportamento dinâmico		1 (T3) 1 (L3)	1 (T4) 1 (L3)
4.6 Resistência à corrosão		1 (T4) 1 (L4)	1 (T5) 1 (L4)
4.7 Marcação, instrução de uso e embalagem	Devem atender as seções 6, 7 e 8 da norma.	1 (T1)	1 (T1)

Legenda:

- 1) Ti indica a amostra de trava queda guiado em linha rígida de número i;
- 2) Li indica a amostra de linha rígida de número i; e
- 3) (*) indica ensaio crítico. Quando houver reprovação num ensaio crítico, na amostragem de prova, todos os ensaios críticos devem ser refeitos na amostragem utilizada para a contraprova e, quando aplicável, para a testemunha. Para ensaio não crítico, o reensaio se dará somente sobre ele.

Tabela B. 3 - Ensaios e verificações a serem realizadas de acordo com a ABNT NBR 14628 – Trava-queda retrátil

Item da norma / Tipos de ensaio		Todos (exceto opcionais)	Todos (inclusive opcionais)
Total de amostras de trava queda retrátil		4 (T1 a T4)	6 (T1 a T6)
4.2 Materiais e construção	4.2.1 Generalidades	1 (T1)	1 (T1)
4.3 Travamento	(*) 4.3.2 Travamento depois do condicionamento	1 (T1)	1 (T1)
	(*) 4.3.3 Travamento depois do condicionamento, quando aplicável	Não aplicável	1 (T2)
(*) 4.4 Resistência estática		1 (T2)	1 (T3)
(*) (**) 4.5 Comportamento dinâmico		1 (T3)	1 (T4)
(*) 4.6 Requisito referente à fadiga, quando aplicá-		Não aplicável	1 (T5)

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 42 de 53
vel.		
4.7 Resistência à corrosão	1 (T4)	1 (T6)
4.8 Marcação, instruções de uso e embalagem	Devem atender as seções 6, 7 e 8 da norma. 1 (T1)	1 (T1)

Legenda:

- 1) Ti indica a amostra de trava queda retrátil de número i;
- 2) (*) indica ensaio crítico. Quando houver reprovação num ensaio crítico, na amostragem de prova, todos os ensaios críticos devem ser refeitos na amostragem utilizada para a contraprova e, quando aplicável, para a testemunha. Para ensaio não crítico, o reensaio se dará somente sobre ele. Se o trava-queda apresentar mais de um ponto de ancoragem, cada ponto deve ser submetido a esses ensaios; e
- 3) (**) para trava-quedas retráteis que possuam a mesma estrutura, porém com comprimentos de linha diferentes, o ensaio dinâmico deve ser realizado com o menor e o maior comprimento.

Tabela B. 4 - Ensaios e verificações a serem realizadas de acordo com a ABNT NBR 15834 - Talabarte de Segurança

Item da norma / Tipos de ensaios		Talabarte de segurança
Total de amostras		3 (T1 a T3)
4.2 Materiais e construção	4.2.1 Generalidades	1 (T1)
(*) 4.3 Pré-carga estática		1 (T1)
(*) 4.4 Resistência estática		1 (T1)
(*) 4.5 Resistência dinâmica		1 (T2)
4.6 Resistência à corrosão		1 (T3)
4.7 Marcação, instruções de uso e embalagem	Devem atender as seções 6, 7 e 8 da norma	1 (T1)

Legenda:

- 1) Ti indica a amostra de talabarte de número i;
- 2) (*) indica ensaio crítico. Quando houver reprovação num ensaio crítico, na amostragem de prova, todos os ensaios críticos devem ser refeitos na amostragem utilizada para a contraprova e, quando aplicável, para a testemunha. Para ensaio não crítico, o reensaio se dará somente sobre ele; e
- 3) Um talabarte de retenção de queda pode possuir em suas extremidades várias configurações de tipos de conectores. Porém, deve ser utilizada como amostra de ensaio a versão com o conector de maior tamanho longitudinal.



 BUREAU VERITAS BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 43 de 53

Tabela B. 5 - Ensaio e verificações a serem realizadas de acordo com a ABNT NBR 15835 - Cinturão de segurança tipo abdominal e talabarte para posicionamento e restrição

Item da norma / Tipos de ensaios		Cinturão abdominal e talabarte de posicionamento em peça única	Cinturão abdominal separável com pontos de conexão iguais	Cinturão abdominal separável com pontos de conexão diferentes	Talabarte de segurança para posicionamento e restrição separável
Total de amostras		3 (C1 a C3)	3 (C1 a C3)	5 (C1 a C5)	3 (T1 a T3)
4.1 Desenho e construção	4.1.1 Cinturão de Segurança tipo abdominal	1 (C1)	1 (C1)	1 (C1)	-
	4.1.2 Talabarte de posicionamento	1 (C1)	-	-	1 (T1)
4.2.1 Desempenho Resistência estática	(*) 4.2.1.1 Cinto	-	1 (C1)	2 (C1-C2)	-
	(*) 4.2.1.2 Cinto com talabarte incorporado	1 (C1)	-	-	-
	(*) 4.2.1.3 Talabarte de segurança para posicionamento e restrição dotado de elemento regulador de comprimento	-	-	-	1 (T1)
	(*) 4.2.1.4 Talabarte de segurança para posicionamento e restrição de comprimento fixo	-	-	-	1 (T1)
(*) 4.2.2 Resistência dinâmica		1 (C2)	1 (C2)	2 (C3-C4)	1 (T2)
4.2.3 Resistência à corrosão		1 (C3)	1 (C3)	1 (C5)	1 (T3)
4.3 Marcação, instruções de uso e embalagem	Devem atender a seções 6,7 e 8 da norma	1 (C1)	1 (C1)	1 (C1)	1 (T1)

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 44 de 53


Legenda:

- 1) Ci indica a amostra do cinto abdominal de número i;
- 2) Ti indica a amostra do talabarte de número i;
- 3) (*) indica ensaio crítico. Quando houver reprovação num ensaio crítico, na amostragem de prova, todos os ensaios críticos devem ser refeitos na amostragem utilizada para a contraprova e, quando aplicável, para a testemunha. Para ensaio não crítico, o reensaio se dará somente sobre ele;
- 4) Quando existir mais de 2 pontos de conexão diferentes no cinturão abdominal, deve ser enviada 1 amostra adicional para ensaio de cada item crítico identificado na tabela de ensaios com (*).

Observação: Se os elementos de engate não forem iguais quanto ao seu desempenho ou sua forma de conexão ao Cinturão de Segurança tipo abdominal, deve-se repetir o ensaio para cada tipo de acoplamento. É necessário utilizar um Cinturão de Segurança tipo abdominal novo em cada ensaio.

Tabela B. 6 - Ensaios e verificações a serem realizadas de acordo com a ABNT NBR 15836 - Cinturão de segurança tipo paraquedista

Item da norma / Tipos de ensaios		(**) Cinto paraquedista com 1 ponto de conexão de queda	Cinto paraquedista 1 ponto de conexão de queda e extensor dorsal (fixo ou removível)	(**) Cinto paraquedista com 2 pontos de conexão de queda	Cinto paraquedista com 2 pontos de conexão de queda e extensor dorsal (fixo ou removível)
Total de amostras		3 (C1 a C3)	5 (C1 a C5)	5 (C1 a C5)	7 (C1 a C7)
4.2 Materiais e construção		1 (C1)	1 (C1)	1 (C1)	1 (C1)
(*) 4.3 Resistência estática - ponto 1		1 (C1)	2 (C1 - C2)	1 (C1)	2 (C1 - C2)
(*) 4.3 Resistência estática - ponto 2		-	-	1 (C2)	1 (C3)
(*) 4.4 Resistência dinâmica - ponto 1		1 (C2)	2 (C3 - C4)	1 (C3)	2 (C4 E C5)
(*) 4.4 Resistência dinâmica - ponto 2		-	-	1 (C4)	1 (C6)
4.5 Resistência à corrosão por exposição à névoa salina		1 (C3)	1 (C5)	1 (C5)	1 (C7)
4.6 Elementos adicionais		Seguir tabela de ensaios NBR 15835			
4.7 Marcação, instrução de uso e embalagem	Devem atender a seções 6,7 e 8	1 (C1)	1 (C1)	1 (C1)	1 (C1)

 BUREAU VERITAS BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI				Ref.: IT 599 C BR
					Emissão: 13/10/2023
					Página 45 de 53
gem	da nor- ma				

Legenda:


- 1) Ci indica a amostra do cinto paraquedista de número i;
- 2) (*) indica ensaio crítico. Quando houver reprovação num ensaio crítico, na amostragem de prova, todos os ensaios críticos devem ser refeitos na amostragem utilizada para a contraprova e, quando aplicável, para a testemunha. Para ensaio não crítico, o reensaio se dará somente sobre ele; e
- 3) (**) quando o cinturão paraquedista não possuir outro elemento de engate dorsal além do extensor fixo (extensor integrado ao cinturão paraquedista como peça única), seguir esta tabela.

Modelo de certificação 1b

- B5.1.3.2.3. Para definição da amostragem para realização dos ensaios de certificação por lote, deve ser utilizado o plano de amostragem simples - normal, para o nível de inspeção geral I e nível de qualidade aceitável - NQA 1,00 constante da ABNT NBR 5426, conforme Tabela B. 7 deste Anexo.
- B5.1.3.2.4. O valor amostral descrito na Tabela B. 7 corresponde ao valor a ser multiplicado pelo número total de amostras definidas nas Tabelas de B.1 a B.6 deste Anexo, devendo a distribuição das amostras para cada ensaio manter a proporcionalidade a essas tabelas.

Tabela B. 7 - Plano de amostragem simples - normal - nível geral I - NQA 1,00 - ABNT NBR 5426

Tamanho do lote	Letra código	Valor amostral	NQA 1,00	
			AC	RE
2 – 8	A	13	0	1
9 – 15	A			
16 – 25	B			
26 – 50	C			
51 – 90	C			
91 – 150	D			
151 – 280	E			
281 – 500	F	50	1	2
501 - 1.200	G			
1.201 - 3.200	H	80	2	3
3.201 - 10.000	J			
10.001 - 35.000	K	125	3	4
35.001 - 150.000	L	200	5	6

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI			Ref.: IT 599 C BR
				Emissão: 13/10/2023
				Página 46 de 53
150.001 - 500.000	M	315	7	8
Acima de 500.001	N	500	10	11

B5.1.3.2.5. Critério de aceitação e rejeição

- B5.1.3.2.5.1. O critério para aceitação ou rejeição é o definido na Tabela B. 7 deste Anexo, em que o termo - AC corresponde ao número de peças defeituosas (ou falhas) que ainda permite aceitar o lote; e o termo - RE corresponde ao número de peças defeituosas (ou falhas) que implica na reprovação do lote.
- B5.1.3.2.5.2. Caso haja reprovação num dos ensaios críticos definidos nas Tabelas B.1 a B.6 deste Anexo, todo o lote deve ser reprovado, conforme previsto no RGCEPI.
- B5.1.3.2.5.2.1. Em caso de não conformidade evidenciada acerca de marcações e informações/instruções obrigatórias, o fabricante ou importador do EPI, desde que seja considerada a viabilidade pelo BUREAU VERITAS CERTIFICATION, pode efetuar as ações corretivas e submeter o equipamento de novo à avaliação.

B5.1.4. Certificado de conformidade

- B5.1.4.1. O certificado de conformidade de componente dos Equipamentos de Proteção Individual para proteção contra quedas com diferença de nível - cinturão de segurança e dispositivos trava-queda e talabarte de segurança avaliado no modelo de certificação 5 terá prazo de validade de três anos.
- B5.1.4.2. Para o modelo de certificação 1b, o certificado de conformidade deve ser emitido sem data de validade, atrelando-se somente ao lote aprovado.

B5.2. Avaliação de manutenção

- B5.2.1. Aplicam-se à avaliação de manutenção de componentes dos Equipamentos de Proteção Individual para proteção contra quedas com diferença de nível (cinturão de segurança e dispositivos trava-queda e talabarte de segurança) os procedimentos estabelecidos no RGCEPI, acrescidos das especificidades definidas neste Item.

- B5.2.1.1. As disposições acerca da avaliação de manutenção previstas neste Anexo se aplicam apenas ao modelo de certificação 5.

B5.2.2. Auditoria de manutenção


- B5.2.2.1. Após a emissão do certificado de conformidade, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve programar e realizar as auditorias de manutenção, no SGQ do processo produtivo na unidade fabril e no importador, quando houver, conforme abaixo:

- a cada nove meses, caso a unidade fabril não possua SGQ certificado. Esta mesma condição se aplica ao importador; ou
- após dezoito meses, caso a unidade fabril possua SGQ certificado. Esta mesma condição se aplica ao importador.

- B5.2.2.1.1. O SGQ referido para a unidade fabril deve incluir o processo produtivo.

- B5.2.2.2. Outras auditorias do SGQ poderão ser realizadas, desde que haja deliberação do BUREAU VERITAS CERTIFICATION, baseada em evidências que as justifiquem, ou por solicitação do MTP.

B5.2.3. Ensaio de manutenção

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 47 de 53

B5.2.3.1. Os ensaios de manutenção devem ser realizados seguindo a periodicidade estabelecida para a auditoria de manutenção definida no subitem B5.2.2 deste Anexo, podendo ser realizado sem periodicidade inferior, a critério do BUREAU VERITAS CERTIFICATION, com base em evidências que justifiquem sua realização, ou por solicitação do MTP.

B5.2.3.2. Definição de ensaios a serem realizados

B5.2.3.2.1. Nas avaliações de manutenção, deve ser realizado um ensaio completo, que são todos aqueles relacionados nas Tabelas de B.1 a B.6 deste Anexo, para cada modelo certificado.

B5.2.3.2.2. Os procedimentos para realização dos ensaios são os definidos nas normas referenciadas para cada componente objeto deste Anexo.


B5.2.3.3. Definição da amostragem

B5.2.3.3.1. A amostragem para os ensaios de manutenção deve atender os critérios estipulados para a avaliação inicial definidos nos subitens B5.1.3.2.1 e B5.1.3.2.2 deste Anexo e respectivos subitens.

B6. Obrigações

B6.1. Além das obrigações previstas no RGCEPI, aplicam-se as seguintes obrigações aos fabricantes ou importadores de componentes dos Equipamentos de Proteção Individual para proteção contra quedas com diferença de nível (cinturão de segurança e dispositivos trava-queda e talabarte de segurança):

- a) aplicar, no mínimo, as seguintes informações nas embalagens dos componentes objeto deste Anexo, além daquelas já estabelecidas nas respectivas normas de referência:
 - I. razão social do fabricante ou importador detentor do Certificado de Aprovação;
 - II. município e estado da federação do fabricante ou importador detentor do Certificado de Aprovação;
 - III. nome fantasia do fabricante ou importador detentor do Certificado de Aprovação (quando houver); e
 - IV. telefone e endereço eletrônico de contato do fabricante ou importador detentor do Certificado de Aprovação ou, alternativamente, Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC próprio ou contratado, para recebimento de sugestões, elogios, comentários e reclamações.

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 48 de 53

ANEXO C - PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTÍCULAS - PFF

C1. Objetivo

C1.1. Estabelecer critérios complementares ao Regulamento Geral para Certificação de Equipamentos de Proteção Individual - RGCEPI, especificamente para Peças Semifaciais Filtrantes para Partículas - PFF, classes 1, 2 e 3, com foco na saúde, atendendo aos requisitos da ABNT NBR 13698, visando à adequada proteção do sistema respiratório do usuário contra a inalação de ar contaminado por partículas sólidas e líquidas.

C1.1.1. Para a certificação de peças semifaciais filtrantes para partículas, devem ser observadas as disposições estabelecidas no RGCEPI, acrescidas dos critérios previstos neste Anexo.


C1.2. Agrupamento para efeito de certificação

C1.2.1. A certificação de peças semifaciais filtrantes para partículas deve ser realizada para cada modelo, que se constitui como exemplares de características únicas, conforme definido no item C3.2 deste Anexo.

C2. Documentos de referência

ABNT NBR 13698	Equipamento de proteção respiratória – Peça Semifacial Filtrante para Partículas
ISO 16900-1	Respiratory protective devices - Methods of test and test equipment - Part 1: Determination of inward leakage
ABNT NBR 5426	Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos

C3. Definições

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 49 de 53

Para fins deste Anexo ficam adotadas as definições contidas no RGCEPI, complementadas pelas definições contidas nos documentos citados no Capítulo 2 deste Anexo e pelas definições a seguir, prevalecendo as definições estabelecidas neste Anexo.

C3.1. Lote de Fabricação

Conjunto de unidades do produto, pertencentes a um mesmo modelo, limitado a trinta dias de fabricação.

C3.2. Modelo

Peças semifaciais filtrantes para partículas com especificações próprias, mesmas características construtivas, ou seja, mesmo projeto, processo produtivo, mesma classe de nível de penetração e resistência à respiração (PFF1, PFF2 ou PFF3), mesma classe de retenção de partículas (S ou SL), mesma matéria-prima e demais requisitos normativos.

Nota 1: Diferentes peças de ajuste nasal, existência ou não da válvula de exalação, fixadores de tirantes, bem como diferentes tamanhos e cores, não configuram outro modelo do produto, devendo, no entanto, todas as variantes ser avaliadas de acordo com os ensaios previstos na norma técnica.

Nota 2: Elementos adicionais ou opcionais devem ser previstos no memorial descritivo e informados ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION para julgamento.

Nota 3: A existência ou não de válvula de exalação e qualquer opcional que possa interferir nos resultados de testes devem ser testadas individualmente para aprovação, e não pela variante mais crítica do produto.

C4. Modelo de certificação

C4.1. A certificação de peças semifaciais filtrantes para partículas deve ser realizada nos modelos de certificação 1b ou 5, definidos no RGCEPI, de acordo com opção do fabricante ou importador do EPI.

C5. Disposições complementares para o processo de certificação de peças semifaciais filtrantes para partículas

C5.1. Avaliação inicial

C5.1.1. Aplicam-se à avaliação inicial para a certificação de peças semifaciais filtrantes para partículas os procedimentos estabelecidos no RGCEPI, acrescidos das especificidades definidas neste Item.

C5.1.2. Documentação

C5.1.2.1. Além das informações constantes no RGCEPI, o memorial descritivo para solicitação da certificação de peças semifaciais filtrantes para partículas, a ser apresentado pelo fabricante ou importador ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION, deve indicar a classe (PFF1, PFF2 ou PFF3) e os tipos de partículas (S ou SL) a que se destinam.

C5.1.2.1.1. Cabe ao BUREAU VERITAS CERTIFICATION avaliar se os itens apresentados se enquadram enquanto variação do mesmo modelo nos termos deste Anexo.

C5.1.3. Ensaios iniciais

C5.1.3.1. Definição dos ensaios a serem realizados

C5.1.3.1.1. Na avaliação inicial das peças semifaciais filtrantes para partículas, para os modelos de certificação 1b e 5, devem ser realizados os ensaios:

- a) descritos na Tabela 3 da ABNT NBR 13698; e
- b) Penetração Total, descrito na ISO 16900-1.

C5.1.3.1.2. Para a realização dos ensaios, as peças semifaciais filtrantes para partículas não podem ser descaracterizadas com qualquer tipo de adaptação ou ajuste não previsto nas normas NBR ABNT 13698 e ISO-16900-1.

C5.1.3.2. Definição da amostragem

Modelo de certificação 5

C5.1.3.2.1. Os critérios gerais de definição da amostragem devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCEPI.

C5.1.3.2.2. A amostragem para realização dos ensaios iniciais deve atender:

- a) a Tabela 3 da ABNT NBR 13698; e
- b) o Anexo D da ISO 16900-1.


C5.1.3.2.3. O BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve tomar uma amostragem 3 (três) vezes maior que a estabelecida no subitem C5.1.3.2.2, para compor a amostragem de prova, contraprova e testemunha, conforme determina o subitem 10.1.4.2.2 do RGCEPI.

Modelo de certificação 1b


C5.1.3.2.4. Para definição da amostragem para a realização dos ensaios de certificação por lote, deve ser utilizado o plano de amostragem Simples – Normal, para o Nível de Inspeção e Nível de Qualidade Aceitável – NQA descritos na norma ABNT NBR 5426, estabelecido na Tabela C. 1 deste Anexo.

Tabela C. 1 - Nível de Inspeção e Nível de Qualidade Aceitável (NQA) do plano de amostragem para certificação de cada modelo do lote de peças semifaciais filtrantes para partículas

Amostragem conforme a ABNT NBR 5426			
Norma Referência	Ensaio	Níveis de Inspeção	NQA
ABNT NBR 13698	Inspeção Visual itens 5.1, 5.2, 5.3, 5.5.2, 5.5.3, 5.12, 7.1, 8, 9 e 10	S2	2,5
ABNT NBR 13698	Simulação de Uso item 5.6 – C.R.	S2	2,5
ABNT NBR 13698	Resistência à Respiração item 5.7 - C.R.	S3	4

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 51 de 53

ABNT NBR 13698	Resistência à Respiração item 5.7 - C.T.	S3	4
ABNT NBR 13698	Penetração através do filtro com NaCl item 5.8 - C.R.	S4	1,5
ABNT NBR 13698	Penetração através do filtro com NaCl item 5.8 - C.T.	S4	1,5
ABNT NBR 13698	Penetração através do filtro com NaCl item 5.8 - C.V.	S4	1,5
ABNT NBR 13698	Inflamabilidade item 5.11 - C.R.	S3	4
ABNT NBR 13698	Inflamabilidade item 5.11 - C.T.	S3	4
ABNT NBR 13698	Conteúdo de CO2 item 5.10 - C.R.	S2	2,5
ABNT NBR 13698	Resistência da válvula de exalação à tração item 5.9.3 - C.R.	S2	2,5
ABNT NBR 13698	Resistência da válvula de exalação à tração item 5.9.3 - C.T.	S2	2,5
ABNT NBR 13698	Resistência da válvula de exalação à tração item 5.9.3 - C.V.	S2	2,5
ABNT NBR 13698	Vazamento da válvula de exalação itens 5.9.4 e 5.9.5 - C.R. + F.C.	S4	2,5
ABNT NBR 13698	Vazamento da válvula de exalação itens 5.9.4 e 5.9.5 - C.T. + F.C.	S4	2,5
ABNT NBR 13698	Vazamento da válvula de exalação itens 5.9.4 e 5.9.5 - C.V. + F.C.	S4	2,5
ABNT NBR 13698	Penetração através do filtro com D.O.P. item 5.8 - C.R. (*)	S4	1,5
ABNT NBR 13698	Penetração através do filtro com D.O.P. item 5.8 - C.T. (*)	S4	1,5
ABNT NBR 13698	Penetração através do filtro com D.O.P. item	S4	1,5

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI		Ref.: IT 599 C BR
			Emissão: 13/10/2023
			Página 52 de 53
	5.8 - C.V. (*)		
ISO 16900-1	Penetração Total	S4	1,5

Legenda: C. R. – Como recebido; C. T. – Condicionamento térmico; C.V. – Condicionamento de vibração; F.C. – Passagem de fluxo contínuo de ar de 300 l/min durante 30 s através da válvula de exalação.

C5.1.3.2.4.1. Ensaios marcados com (*) são aplicáveis somente quando o fornecedor informar que as PFF são indicadas para proteção contra partículas oleosas ou outro líquido diferente de água. Nesse caso, este ensaio deve ser realizado conforme descrito nos itens 5.8 e 7.6.2 da norma ABNT NBR 13698, nas seguintes situações: como recebido, após condicionamento de vibração e após condicionamento térmico. Além disso, o ensaio de resistência à exalação imposta pela PFF deve ser realizado antes do ensaio de penetração através do filtro.

C5.1.3.3. Critério de aceitação e rejeição

Modelo de certificação 5

C5.1.3.3.1. Em caso de reprovação em qualquer ensaio crítico, na amostragem de prova, todos os ensaios críticos devem ser refeitos na amostragem utilizada como contraprova, e quando aplicável, para a testemunha.

C5.1.3.3.1.1. Os ensaios críticos para os respiradores tipo peça semifacial filtrante para partículas são: ensaio de resistência à respiração e ensaio de penetração.

C5.1.3.3.2. Em caso de reprovação em qualquer ensaio não crítico, o reensaio se dará somente sobre ele.

Modelo de certificação 1b

C5.1.3.3.3. O critério para aceitação ou rejeição é o definido na ABNT NBR 5426, para o nível de inspeção e NQA descritos na Tabela C. 1 deste Anexo.

C5.1.3.3.3.1. Devem ser seguidos os critérios descritos no RGCEPI para o tratamento a ser dado ao lote rejeitado.

C5.1.4. Certificado de conformidade


C5.1.4.1. O certificado de conformidade de peças semifaciais filtrantes para partículas avaliadas no modelo de certificação 5 terá prazo de validade de cinco anos.

C5.1.4.2. Para o modelo de certificação 1b, o certificado de conformidade deve ser emitido sem data de validade, atrelando-se somente ao lote aprovado.

C5.2. Avaliação de manutenção

C5.2.1. Aplicam-se à avaliação de manutenção de peças semifaciais filtrantes para partículas os procedimentos estabelecidos no RGCEPI, acrescidos das especificidades definidas neste Item.

C5.2.1.1. As disposições acerca da avaliação de manutenção previstas neste Anexo se aplicam apenas ao modelo de certificação 5.

 BUREAU VERITAS CERTIFICATION	INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Ref.: IT 599 C BR
		Emissão: 13/10/2023
		Página 53 de 53

C5.2.2. Auditoria de manutenção

C5.2.2.1. Após a emissão do certificado de conformidade, o BUREAU VERITAS CERTIFICATION deve programar e realizar as auditorias de manutenção, no SGQ do processo produtivo na unidade fabril e no importador, quando houver, em conformidade com os procedimentos estabelecidos no RGCEPI, nos seguintes prazos:

- a) a cada doze meses, caso a unidade fabril não possua SGQ certificado. Esta mesma condição se aplica ao importador; ou
- b) após trinta meses, caso a unidade fabril possua SGQ certificado. Esta mesma condição se aplica ao importador.

C5.2.2.1.1. O SGQ referido, para a unidade fabril, deve incluir o processo produtivo.

C5.2.2.2. Outras auditorias do SGQ podem ser realizadas, desde que ocorra deliberação do BUREAU VERITAS CERTIFICATION, baseada em evidências que as justifiquem, ou por solicitação do MTP.

C5.2.3. Ensaios de manutenção

C5.2.3.1. Os ensaios de manutenção devem ser realizados seguindo a periodicidade estabelecida para a auditoria de manutenção definida no subitem C5.2.2.1.1 deste Anexo.

C5.2.3.1.1. Os ensaios de manutenção podem ser realizados em periodicidade inferior, desde que ocorra deliberação do BUREAU VERITAS CERTIFICATION, baseada em evidências que justifiquem sua realização, ou por solicitação do MTP.

C5.2.3.2. Definição de ensaios a serem realizados

C5.2.3.2.1. Nas avaliações de manutenção, deve ser realizado um ensaio completo, que são todos aqueles relacionados na Tabela 3 da ABNT NBR 13698, para cada modelo certificado.

C5.2.3.3. Definição da amostragem para os ensaios de manutenção

C5.2.3.3.1. A amostragem para os ensaios de manutenção deve atender os critérios estipulados na Tabela 3 da ABNT NBR 13698.